

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

**UMA ANÁLISE MATRICIAL DA MOBILIDADE DOS PAÍSES QUANTO AO PIB
PER CAPITA E UM ESTUDO EMPÍRICO DE FONTES DE CRESCIMENTO.**

Juliana Vasquez Tedesco

Matrícula: 00243949

Orientador: Juliano Junqueira Assunção

Junho de 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UMA ANÁLISE MATRICIAL DA MOBILIDADE DOS PAÍSES QUANTO AO PIB
PER CAPITA E UM ESTUDO EMPÍRICO DE FONTES DE CRESCIMENTO.

Juliana Vasquez Tedesco

Matrícula: 00243949

Orientador: Juliano Junqueira Assunção

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Junho de 2004

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Agradecimento

Devo agradecer, primeiramente, aos meus pais, Ivanor e Luiza Tedesco, que em muito colaboraram para a minha formação educacional, sejam por incentivos diretos ou indiretos, e por conseguinte na realização desta monografia.

Menciono também os meus irmãos Fabiane e Luciano Tedesco que apesar de estarem distantes sempre me apoiaram e serviram de exemplo para minha dedicação e realização profissional.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Juliano Assunção, por sua contribuição ativa na execução desta pesquisa, tanto pelas suas idéias quanto aos seus ensinamentos que permitiram que o trabalho fosse realizado em todas as suas etapas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	07
I. MATRIZ DE MOBILIDADE DE RENDA PER CAPITA.....	09
II. FONTES DE MOBILIDADE.....	21
<i>A) Comércio Internacional.....</i>	<i>24</i>
<i>B) Distribuição de renda.....</i>	<i>33</i>
<i>C) Mercado de Crédito – O Problema de Disponibilidade de Garantia.....</i>	<i>38</i>
<i>D) Educação e Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento.....</i>	<i>42</i>
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

LISTAGEM DE TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1.1 - Renda per capita em dólar 2002

Figura 1.2 - Classificação dos índices dos países em categorias

Figura 1.3 - Renda per capita Brasil X Mundo – índice e categoria

Figura 1.4 - Matriz de mobilidade de renda per capita entre 1960 e 2002

Figura 1.5 - Matriz composta por várias matrizes com diferentes espaços temporais para o Mundo: 1960-2002; 1970-2002; 1980-2002; 1990-2002 e 2000-2002. À sua direita, mesma matriz expressa em número de países ao invés de exibir percentuais.

Figura 1.6 - Relação de países que mudaram de categoria entre os espaços temporais

Figura 1.7 - Renda per capita Brasil X AL & C – índice e categoria

Figura 1.8 - Índices do Brasil com relação ao mundo e ao grupo América Latina & Caribe

Figura 1.9 - Matriz composta por várias matrizes com diferentes espaços temporais para o grupo América Latina & Caribe: 1960-2002; 1970-2002; 1980-2002; 1990-2002 e 2000-2002. À sua direita, mesma matriz expressa em número de países ao invés de exibir percentuais.

Figura 2.1 - PIB per capita (constante 1995 US\$)

Figura 2.2 - Variação do PIB per capita (constante 1995 US\$) em 42 anos

Figura 2.3 - Comércio Internacional de Bens

Figura 2.4 - Tabela de Identificação dos gráficos

Figura 2.5 - Gráfico das exportações de matéria-prima agrícola

Figura 2.6 - Gráfico das exportações de alimentos

Figura 2.7 - Gráfico das exportações de minérios e metais

Figura 2.8 - Exportação de bens e serviços

Figura 2.9 - Gráfico das exportações de bens de alta tecnologia

Figura 2.10 – Coeficiente de Gini e tabela com seus números

Figura 2.11 – Porção da renda sob domínio dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres

Figura 2.12 – Gráfico do Crédito Doméstico para o setor privado

Figura 2.13 – Crédito Doméstico Líquido (corrente LCU)

Figura 2.14 – Investimento em P&D

INTRODUÇÃO

Ultimamente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita tem estado no centro das atenções em todos os países, regiões e estados, enfim, em todo o mundo. Porque tal indicador tem sido a principal meta dos governos, porque estamos todos buscando o crescimento do PIB per capita?

Antes de qualquer coisa devemos esclarecer o que seria o Produto Interno Bruto de um país que nada mais é segundo Krugman e Obsfeld (2000) que uma forma de medir a atividade econômica nacional: o PIB mede o volume da produção dentro das fronteiras de um país em um determinado período de tempo, que geralmente é de um ano.

Muita importância é atribuída a esse indicador por ele ser uma ótima medida do desenvolvimento econômico. Quando pensamos numa nação desenvolvida, pensamos em uma sociedade sem violência, civilizada, onde todos têm acesso à educação e atendimento médico, onde todos têm lar, alimentação e vestimenta como também têm acesso ao lazer e possuem a capacidade de consumir uma vasta quantidade de produtos.

Não é muito difícil de enxergar que um pré-requisito para quase todos os tipos de avanço econômico seria um alto e uniforme acesso por parte da população a bens materiais, e que este é muito bem captado pelo Produto Interno Bruto per capita: valor por pessoa dos bens finais e serviços produzidos por uma nação no período de um ano ou seja, a produção de um país dividida pelo número de habitantes do mesmo.

É claro que o desenvolvimento econômico vai muito além do crescimento do PIB per capita e que ao definirmos desenvolvimento não devemos nos restringir a falar apenas de PIB.

Entretanto, este indicador é poderoso pois apesar de não captar todos os aspectos do desenvolvimento, ele tem a virtude de seguir de forma natural ao longo do tempo os movimentos dos fatores característicos do desenvolvimento econômico (saúde, expectativa de vida, escolaridade além de outros) que traduzem de forma bastante eficiente o processo de evolução e progresso econômico.

Neste trabalho, pretende-se examinar, justamente, crescimento do PIB per capita de todos os países do mundo. Seu foco principal será entender, a partir de uma análise matricial, a mobilidade dos países do mundo com relação ao PIB per capita global, observando a questão da convergência entre eles.

Além disso, observaremos fatores estruturais como comércio internacional, distribuição de renda, mercado de crédito e investimento em educação e em pesquisa e desenvolvimento, de algumas economias que tiveram seu crescimento acelerado entre 1960 e 2002, ou seja, que passaram a crescer mais rapidamente e mudaram de categoria segundo nossa metodologia de classificação.

Essas economias formam dois grupos regionais: o grupo do Leste Asiático composto por Cingapura (apesar de se situar mais ao sul da Ásia), Hong Kong e Coréia do Sul e, o grupo Europeu constituído por Espanha, Grécia, Hungria e Portugal.

Para tornar nossa pesquisa mais interessante observaremos conjuntamente com essas regiões a posição do Brasil e da região América Latina & Caribe.

De fato, é notória a importância deste tema, principalmente quanto ao caso vivenciado pelo Brasil, que enfrenta dificuldades em atingir o crescimento econômico proposto pelo atual presidente da República. Este, apenas ofereceu aos brasileiros a continuidade da política econômica da qual se tornou refém, da continuidade dos dia-a-dia de crises políticas e da recessão, desemprego e perda de renda aos trabalhadores, da onde não se tem previsão de saída.

I. MATRIZ DE MOBILIDADE DE RENDA PER CAPITA: A IMPORTÂNCIA DA POSIÇÃO INICIAL

Nesta seção me concentrarei na questão da convergência entre países ou seja, será que existe uma tendência dos países atrasados crescerem mais rápido que os países ricos a fim de diminuir o espaço entre os dois grupos como suposta pela literatura tradicional econômica com Aleksander Gerschenkron (1952), ou será que os países pobres tendem a ficar cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos? Como será a evidência histórica do crescimento dos países? O que ela nos revela? A teoria neoclássica está certa ao levantar a hipótese de que as diferenças entre os países ficam menores com o tempo? Esta hipótese é coerente com a realidade experimentada pelos países?

Segundo Debraj Ray (1998) , várias seriam as razões para a convergência como:

- a transferência de tecnologia dos países mais avançados para os em desenvolvimento a um custo relativamente baixo;
- países menos desenvolvidos apresentam estoque de capital baixo com relação ao trabalho viabilizando um produto marginal do capital muito elevado ou seja, os países mais pobres por terem capital escasso conseguem obter taxas de lucratividade mais altas;
- países subdesenvolvidos contam com a vantagem de poder aprender com os erros cometidos por outros países e não repeti-los, eles têm o benefício de escolher as políticas que adotarão já sabendo o resultados destas uma vez que elas já foram experimentadas.

Segundo a literatura econômica tradicional, se dois países possuem os mesmos níveis de tecnologia, mesmas taxas de investimento e de crescimento da população, esses países se aproximariam no longo prazo.

Segundo Jones (1998), em economias que apresentem o mesmo estado estacionário¹, a hipótese de convergência é sustentada – os países pobres crescerão mais que os países ricos. Isso porque quanto mais abaixo de seu estado estacionário estiver uma economia, tanto mais ela deverá crescer e quanto mais acima estiver a economia de seu estado estacionário, mais lentamente esta irá crescer.

Com relação aos dados utilizados nesta seção, o PIB per capita em dólar obtido no Banco Mundial será o dado básico da análise. Como o PIB é expresso na moeda de cada país, para facilitar a comparação dos dados, o Banco Mundial já nos fornece este convertido para o dólar americano utilizando a cotação de 1995 como base, como também o PIB de cada país já dividido pela sua respectiva população.

Como podemos observar na Figura 2.1, há uma enorme disparidade entre os países; segundo nossos dados de 2002, a economia que lidera com maior PIB per capita é Luxemburgo, com US\$ 56512.67 por ano e, a pior economia segundo esta classificação ocupando o 95^o lugar é a República Democrática do Congo com uma renda per capita de US\$ 86.62 por ano, o que equivale a 0.15% da renda per capita de Luxemburgo. O Brasil

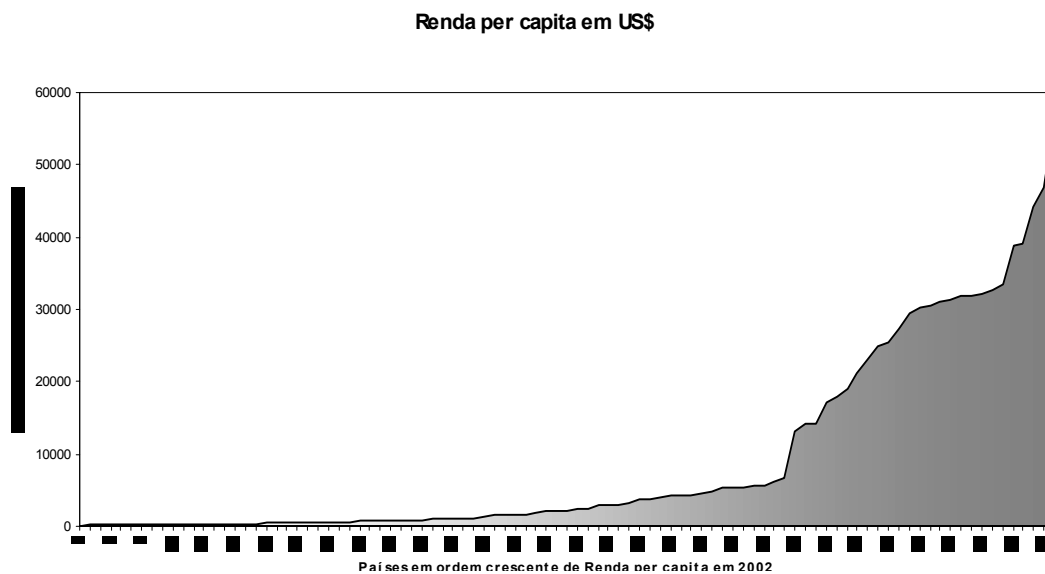


Figura 1.1 - Renda per capita em dólar 2002

¹ Definição de Olivier Blanchard: “Em uma economia, sem progresso tecnológico, um estado em que o produto e o capital por trabalhador não mais se alteram. Na economia com progresso tecnológico, o estado em que o produto e o capital por trabalhador efetivo não mais se alteram”.

está na 35^a posição, obtendo em 2002 uma renda per capita de US\$ 4643.62 que é equivalente a 8.22% da renda per capita mais alta encontrada.

É sabido que os dados do PIB per capita em US\$ são distorcidos principalmente em países de baixa renda uma vez que a população destes países subestima sua produção a fim de pagar menos impostos (já que o sistema tributário dos países em desenvolvimento geralmente não é muito eficiente) e também, outra distorção no valor do PIB observada é oriunda da conversão para o dólar de bens e serviços que não são internacionalmente comercializáveis; tais bens têm seus preços refletidos de forma incorreta ao serem convertidos por uma taxa de câmbio que apenas inclui em seu cálculo commodities e o capital que saem do país; o preço dos bens não comercializáveis acaba por se tornar desapropriado e não reflete o valor real do bem.

Apesar destas distorções listadas acima, o resultado que será apresentado a seguir não sofreu alterações significativas em seu intuito², que é o de demonstrar a não convergência entre os países ao longo do tempo. Para tal demonstração, reproduziremos a matriz de mobilidade de Quah (1993) com algumas alterações e com dados mais atualizados e abrangentes.

Antes de apresentar as matrizes de mobilidade, temos de entender sua elaboração e metodologia. Primeiramente deve-se de converter a renda per capita de cada um dos países do mundo em índice ou seja, deve-se dividir a renda per capita de cada país pela renda per capita mundial (PIB global dividido pela população do mundo) assim, obteremos uma fração ou índice que representa a parcela da renda mundial per capita referente ao país analisado.

Suponhamos um país imaginário cuja renda per capita em um determinado ano seja 3 e, que a renda per capita média do mundo no mesmo ano seja 2, este país então ganha o índice $3/2 = 1.5$. Vejamos um acaso real: em 1960 o PIB per capita do Brasil segundo

² As matrizes a serem apresentadas foram realizadas tanto com o PIB per capita em US\$ quanto com o PIB per capita PPP (O PIB PPP é o PIB convertido para dólar internacional utilizando uma taxa de poder de compra. Dólar internacional tem o mesmo poder de compra sobre o PIB que o dólar americano nos Estados Unidos.) e não fora observada diferença significativa no que tange a demonstrar a mobilidade de posição quanto à renda dos países. Entretanto, como detinhamos dados mais abrangentes para o PIB per capita em US\$ (maior número de países e maior horizonte temporal – de 1960 a 2002), este fora escolhido para ser utilizado na nossa análise.

nossos dados era de US\$ 1741.882 e a média mundial era US\$ 2600.879, temos então para o Brasil o índice $\frac{1741.882}{2600.879} \cong 0.67$.

Após converter todas as rendas per capita dos países precisamos enquadrá-las em categorias. O método escolhido, apresentado a seguir na figura 1.2, tem como objetivo dividir os dados observados em categorias de igual tamanho.

Categorias:	
0.25	Todos os países com índice inferior a 0.25
0.5	Todos os países com índice ente 0.25 e 0.5
1	Todos os países com índice ente 0.5 e 1
2	Todos os países com índice ente 1 e 2
3	Todos os países com índice acima de 2

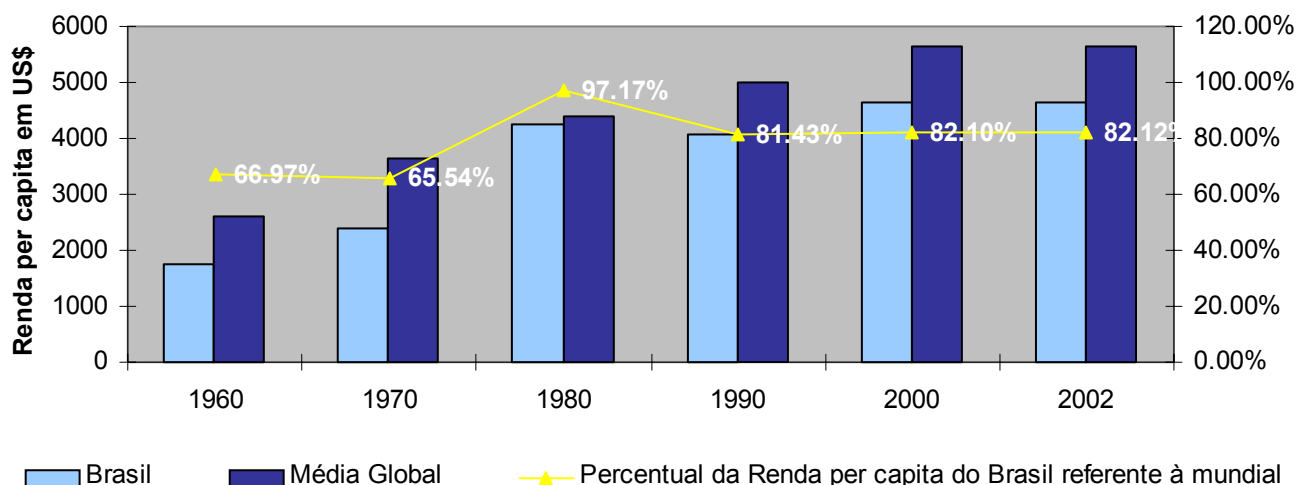
Figura 1.2 - Classificação dos índices dos países em categorias

Segundo este método, o país imaginário mencionado anteriormente se enquadraria na categoria 2 e o Brasil em 1960 se enquadraria na categoria 1 ou seja, o Brasil no dado ano estava entre metade do valor da renda per capita mundial e este mesmo valor de renda per capita; vide figura 1.3.

Podemos também observar na figura 1.3 que segundo nossos cálculos o Brasil não mudou de categoria entre 1960 e 2002. Embora visualizemos oscilações nos índices (como em 1990 ano em que o Brasil apresentou seu mais alto índice: 0.97), estas não foram fortes o suficiente para fazer com que o Brasil mudasse de categoria.

Agora vejamos a disposição da matriz: trabalharemos sempre com dois pontos no tempo em função de observar a transição de posição dos países. Se o Brasil em 2002 tem um PIB per capita de US\$ 4643.621 e a média mundial neste mesmo ano seja de US\$ 5654.393; em 2002 o Brasil apresentaria o índice 0.82 e se enquadraria na categoria 1, assim como em 1960. Concluindo, temos que de 1960 para 2002, o Brasil permaneceu na mesma posição não tendo realizado transição de categoria.

Evolução da Renda per capita Brasil X Mundo



Ano	1960	1970	1980	1990	2000	2002
Mundo	2600.879	3653.336	4380.58	5009.177	5635.035	5654.393
Brasil	1741.882	2394.543	4256.54	4079.13	4626.327	4643.621
Índice	0.669728	0.65544	0.971684	0.814331	0.820993	0.821241
Categoria	1	1	1	1	1	1

Figura 1.3 – Renda per capita Brasil X Mundo – índice e categoria

Analisemos outro país para esclarecer ainda mais a matriz que será apresentada a seguir. Tomemos o caso da Argentina, que em 1960 apresentava PIB per capita de US\$ 5418.857 e, em 2002, US\$ 6579.168. Temos então que a Argentina piorou de situação transitou da categoria 3 para a categoria 2 no espaço de 42 anos, uma vez que seu índice em 1960 era de $5418.857 / 2600.879 \cong 2.08$ e em 2002 $6579.68 / 5654.393 \cong 1.16$.

Vejamos agora apenas uma parte da matriz de mobilidade para então entendermos a matriz completa:

		2002				
		0.25	0.5	1	2	3
1960	0.25	92.11%	2.63%	5.26%	0.00%	0.00%
	0.5	35.71%	42.86%	14.29%	7.14%	0.00%
	1	0.00%	21.43%	57.14%	14.29%	7.14%
	2	0.00%	0.00%	33.33%	0.00%	66.67%
	3	0.00%	0.00%	0.00%	5.00%	95.00%

Figura 1.4 - Matriz de mobilidade de renda per capita entre 1960 e 2002

Temos que cada célula da matriz define um par de categorias. Por exemplo: Se tivermos a linha de categoria 1 e coluna de categoria 1 enxergamos o percentual 57.14% que nos indica que 57.14% dos países que estavam na categoria 1 em 1960 permaneceram nesta mesma categoria em 2002 – o Brasil se enquadraria neste caso. Se pensarmos na linha de categoria 3 com a coluna de categoria 2, encontramos o percentual 5%, ou seja, 5% dos países que estavam na categoria 3 em 1960 transitaram para a categoria 2 em 2002 - que é o caso da Argentina e assim por diante.

É importante notar que a matriz como um todo não soma 100% e sim que suas linhas somam 100% para melhor mostrar a taxa de mobilidade. Além disso é de suma importância entender o que a diagonal principal (células onde a linha e a coluna são iguais quanto à categoria) nos diz: uma matriz com baixos percentuais na diagonal principal significa alta mobilidade dos países ao passo que uma diagonal principal com altos percentuais nos indica baixa mobilidade.

Agora vejamos a figura 1.5: a matriz completa que nada mais é do que a repetição da matriz exibida na figura 1.4 mudando apenas o espaço temporal entre os dois pontos no tempo.

Observando matriz completa³ podemos notar que em todas as matrizes individuais temos a presença de altos percentuais nas pontas das diagonais principais, ou seja, que a célula composta por linha de categoria 0.25 e coluna de categoria 0.25 como também a célula composta por linha de categoria 3 e coluna de categoria 3 nos mostram respectivamente uma baixa mobilidade de renda entre países que são muito pobres (de categoria 0.25 – países com menos de 0.25 da renda mundial) e baixa mobilidade dos países muito ricos (de categoria 3 – países com mais de duas vezes a renda mundial). Podemos visualizar também que os países com renda mediana apresentam uma mobilidade bem maior que os países dos extremos: os muito pobres e muito ricos.

É muito interessante verificar que apesar de não termos motivos claros que condenem países pobres a permanecer sempre na pobreza, pois em princípio tudo é possível, observamos uma clara indicação histórica de que a pobreza é “pegajosa” ou seja,

³ Esta matriz fora construída para 95 países com seus respectivos PIB's per capita convertidos para dólar (constante US\$ de 1995) com dados obtidos no Banco Mundial.

um histórico de subdesenvolvimento coloca os países pobres em desvantagem com relação aos outros.

Isto nos diz que a tendência em níveis baixos de renda é de se tornar cada vez mais pobre apesar de existir a possibilidade de transitar para categorias melhores – a pobreza entretanto alimentaria pobreza.

A figura 1.5 nos diz ainda mais: não só os países enquadrados na categoria 0.25 estão apresentando desvantagem, mas também os países da categoria 0.5. Com relação a esta ultima categoria de países com índice 0.5, percebemos que quanto maior o espaço temporal, mais acentua a tendência destes países a transitar para uma situação inferior à que estão.

Podemos observar isto claramente na figura 1.5, onde a matriz 1960-2002 cuja linha de categoria 0.5 e coluna 0.25 nos mostra que 35.71% dos países de categoria 0.5, ou seja, 5 países (basta olhar a mesma célula na matriz da direita para descobrir o numero de países associado), pioraram de situação caindo para a categoria 0.25 e, apenas 14.29% dos países da categoria 0.5, que equivalem a 2 países, foram para uma situação melhor: para a categoria 1.

		2002							2002				
		0.25	0.5	1	2	3			0.25	0.5	1	2	3
1960	0.25	92.11%	2.63%	5.26%	0.00%	0.00%	1960	0.25	35	1	2	0	0
	0.5	35.71%	42.86%	14.29%	7.14%	0.00%		0.5	5	6	2	1	0
	1	0.00%	21.43%	57.14%	14.29%	7.14%		1	0	3	8	2	1
	2	0.00%	0.00%	33.33%	0.00%	66.67%		2	0	0	3	0	6
	3	0.00%	0.00%	0.00%	5.00%	95.00%		3	0	0	0	1	19
1970	0.25	88.37%	6.98%	4.65%	0.00%	0.00%	1970	0.25	38	3	2	0	0
	0.5	20.00%	50.00%	30.00%	0.00%	0.00%		0.5	2	5	3	0	0
	1	0.00%	15.38%	53.85%	23.08%	7.69%		1	0	2	7	3	1
	2	0.00%	0.00%	37.50%	12.50%	50.00%		2	0	0	3	1	4
	3	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%		3	0	0	0	0	21
1980	0.25	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	1980	0.25	39	0	0	0	0
	0.5	7.69%	69.23%	23.08%	0.00%	0.00%		0.5	1	9	3	0	0
	1	0.00%	8.33%	66.67%	16.67%	8.33%		1	0	1	8	2	1
	2	0.00%	0.00%	57.14%	28.57%	14.29%		2	0	0	4	2	1
	3	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%		3	0	0	0	0	24
1990	0.25	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	1990	0.25	40	0	0	0	0
	0.5	0.00%	83.33%	16.67%	0.00%	0.00%		0.5	0	10	2	0	0
	1	0.00%	0.00%	92.31%	7.69%	0.00%		1	0	0	12	1	0
	2	0.00%	0.00%	14.29%	42.86%	42.86%		2	0	0	1	3	3
	3	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%		3	0	0	0	0	23
2000	0.25	97.56%	2.44%	0.00%	0.00%	0.00%	2000	0.25	40	1	0	0	0
	0.5	0.00%	90.00%	10.00%	0.00%	0.00%		0.5	0	9	1	0	0
	1	0.00%	0.00%	92.86%	7.14%	0.00%		1	0	0	13	1	0
	2	0.00%	0.00%	25.00%	75.00%	0.00%		2	0	0	1	3	0
	3	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%		3	0	0	0	0	26

Figura 1.5 – Matriz composta por várias matrizes com diferentes espaços temporais para o Mundo: 1960-2002; 1970-2002; 1980-2002; 1990-2002 e 2000-2002. À sua direita, mesma matriz expressa em número de países ao invés de exibir percentuais.

Outro aspecto verificado na figura 1.5 é que nas categorias de renda per capita mediana, as tendências de mobilidade tanto para cima quanto para baixo são razoavelmente simétricas e equilibradas. Porém, nos níveis mais altos de renda a evidência é de persistência – 95% dos países inicialmente na categoria 3 em 1960 permaneceram nesta mesma categoria em 2002; estes são os percentuais mais altos de nossa matriz.

Seguindo com a nossa análise, podemos também notar na figura 1.5 que, em geral, quanto menor for o horizonte temporal ou o espaço entre os dois pontos do tempo, menor mobilidade entre os países é observada, ou seja, uma característica da mobilidade dos países com relação à renda per capita é de que esta é conquistada no longo prazo: de 2000 para 2002 apenas 4.21% (4 países dentre os 95 estudados) mudaram de categoria (vide figura 1.6): Fiji que saiu da categoria 0.5 para 1, Hungria que saiu da categoria 1 para a 2, Marrocos que saiu da categoria 0.25 para a 0.5 e por ultimo o Uruguai que saiu da categoria 2 para a categoria 1.

À medida que aumentamos o horizonte temporal, maior número de países mostraram mudança de categoria - o que não é surpreendente. O resultado apenas nos diz

Países	de 1960	para 2002	Países	de 1970	para 2002	Países	de 1980	para 2002	Países	de 1990	para 2002	Países	de 2000	para 2002
Argentina	3	2	Belize	0.5	1	Belize	0.5	1	Equador	2	3	Fiji	0.5	1
Belize	0.5	1	Botsuana	0.25	1	Botsuana	0.5	1	Fiji	0.5	1	Hungria	1	2
Bolívia	0.5	0.25	Costa do Marfim	0.5	0.25	Gabão	2	1	Hungria	1	2	Marrocos	0.25	0.5
Botsuana	0.25	1	República Dominicana	0.25	0.5	Hungria	1	2	Coréia do Sul	2	3	Uruguai	2	1
Equador	2	3	Equador	2	3	Coréia do Sul	1	3	Portugal	2	3			
El Salvador	1	0.5	Fiji	0.5	1	Omã	1	2	Tailândia	0.5	1			
Grécia	2	3	Hong Kong	2	3	Peru	1	0.5	Uruguai	2	1			
Guiana	0.5	0.25	Hungria	1	2	Filipinas	0.5	0.25						
Hong Kong	2	3	Jamaica	1	0.5	Portugal	2	3						
Hungria	1	2	Coréia do Sul	1	3	África do Sul	2	1						
Jamaica	1	0.5	Libéria	0.5	0.25	Tailândia	0.5	1						
Coréia do Sul	1	3	Malásia	0.5	1	Trinidad e Tobago	2	1						
Libéria	0.5	0.25	Marrocos	0.25	0.5	Uruguai	2	1						
Malásia	0.5	1	Omã	1	2									
Omã	0.5	2	Peru	1	0.5									
Peru	1	0.5	Portugal	2	3									
Filipinas	0.5	0.25	Seicheles	1	2									
Portugal	2	3	Cingapura	2	3									
Senegal	0.5	0.25	África do Sul	2	1									
Seicheles	1	2	São Vicente e Granadinas	0.25	0.5									
Cingapura	2	3	Tailândia	0.25	1									
África do Sul	2	1	Uruguai	2	1									
Espanha	2	3	Venezuela	2	1									
São Vicente e Granadinas	0.25	0.5												
Tailândia	0.25	1												
Uruguai	2	1												
Venezuela	2	1												

Figura 1.6 – Relação de países que mudaram de categoria entre os espaços temporais

que quanto menor o horizonte temporal menor a capacidade e chance de se conseguir uma mudança de categoria.

Vejamos na figura 1.6 que entre 1990 e 2002, 7.37% dos países mudaram de categoria; e entre 1980 e 2002 13.8%, entre 1970 e 2002 24.21% e entre 1960 e 2002 28.42%. Para encontrar esses valores basta somar os países fora da diagonal principal da matriz da direita na figura 1.5 (expressa em número de países) e dividir pelo número total de países analisados.

A figura 1.6, que será utilizada na próxima seção, apresenta uma lista de todos os países que transitaram de categoria em cada espaço temporal abordado na matriz 1.5.

Vejamos agora como se comporta a evidência histórica de não convergência em um grupo específico de países – América Latina & Caribe⁴.

Antes de qualquer coisa, para efetuarmos uma análise comparativa de comportamento entre este grupo e o mundo, temos de construir a matriz de mobilidade de uma forma diferente. Ao invés de permanecer utilizando a média da renda per capita mundial para formar o índice e enquadrar os países em categorias, vamos usar a média da renda per capita do próprio grupo: o somatório da renda per capita de todos os países pertencentes ao grupo dividido pelo número total de países do mesmo.

O método utilizado para enquadrar os países em categorias será o mesmo utilizado na construção das matrizes das figuras 1.4 e 1.5 porém, é preciso lembrar que agora um país que esteja na categoria 1, por exemplo, será um país que tem um índice entre 0.5 e 1 da renda média do grupo e não da renda média mundial; é extremamente importante notar esta diferença e tê-la em mente ao interpretar os dados.

Vejamos a figura 1.7 onde temos a classificação do Brasil com relação ao grupo América Latina & Caribe: podemos observar que segundo esta classificação o Brasil mudou da categoria 1 para a categoria 2 de 1960 para 1970 ou seja, o Brasil passou a ter

⁴ Região composta por: Antigua e Barbados, Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Organização dos Estados do Leste do Caribe, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

uma renda per capita entre o valor da renda per capita da América Latina & Caribe o dobro deste mesmo valor.

Ano	1960	1970	1980	1990	2000	2002
AL & C	1800.853	2216.279	2923.709	2758.783	3618.843	3553.092
Brasil	1741.882	2394.543	4256.54	4079.13	4626.327	4643.621
Índice	0.967254	1.080434	1.45587	1.478597	1.2784	1.306924
Categoria	1	2	2	2	2	2

Figura 1.7 – Renda per capita Brasil X AL & C – índice e categoria

Se compararmos a figura 1.3 com a figura 1.7 podemos observar que o Brasil não mudou de categoria com relação ao mundo entre 1960 e 2002 mas, com relação ao grupo América Latina & Caribe ele subiu de categoria de 1960 para 1970 e, se manteve nesta posição nos anos seguintes. Isto decorre do fato de estarmos comparando o Brasil com um grupo que é muito mais semelhante a ele, contudo a mobilidade se sobressai mais facilmente e é melhor observada.

Na figura 1.8 observamos com maior precisão os índices do Brasil, podemos notar que sua trajetória fora a mesma: uma melhora nos anos 70 e 80; decréscimo de 80 para 90 e em seguida nos anos 2000 e 2002 sua posição se manteve relativamente constante.

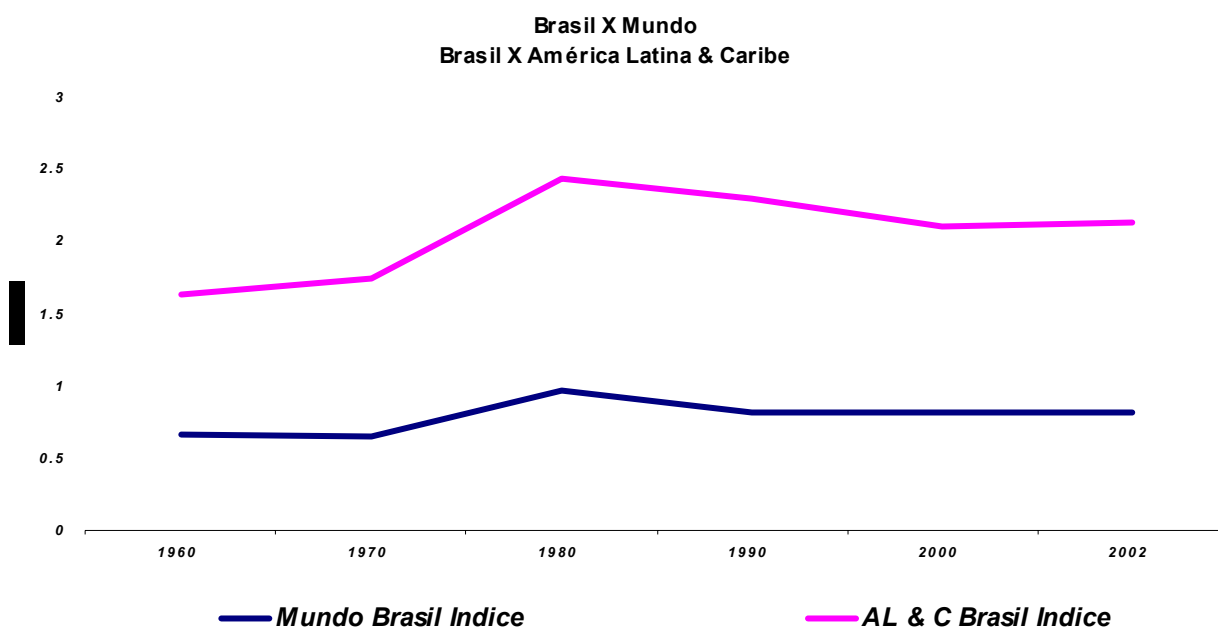


Figura 1.8 – Índices do Brasil com relação ao mundo e ao grupo América Latina & Caribe

Ao analisarmos a matriz de mobilidade da América Latina & Caribe comparando-a com a matriz do mundo, notamos claramente uma maior mobilidade entre os países na matriz do grupo, como podemos ver na figura 1.9.

Nesta figura, a matriz que verifica a mobilidade entre os anos de 1960 e 2002 nos evidencia que os países que estão nas categorias das pontas respectivamente 0.25 e 3 tiveram alta mobilidade: o único país que estava na categoria 0.25 – São Vicente e Granadinas em 1960 migrou para a categoria 1 em 2002 e, dentre os 4 países enquadrados na categoria 3 em 1960, 2 migraram para a categoria 2 em 2002 (Uruguai e Argentina), um foi para a categoria 1 em 2002 (Venezuela) e apenas um se manteve na mesma situação (Equador).

É fundamental também observar que mesmo num espaço de tempo pequeno de 12 anos (de 1990 para 2002) houve mobilidade, inclusive nas categorias das pontas (categorias 0.25 = países muito pobres e 3 = países muito ricos): A Argentina que saiu da categoria 3 em 1990 e foi para a categoria 2 em 2002 e a Guiana que saiu da categoria 0.25 em 1990 para 0.5 em 2002.

América Latina & Caribe

		2002							2002				
		0.25	0.5	1	2	3			0.25	0.5	1	2	3
1960	0.25	0.00%	0.00%	100.00%	0.00%	0.00%	1960	0.25	0	0	1	0	0
	0.5	33.33%	50.00%	16.67%	0.00%	0.00%		0.5	2	3	1	0	0
	1	0.00%	25.00%	37.50%	37.50%	0.00%		1	0	2	3	3	0
	2	0.00%	0.00%	25.00%	75.00%	0.00%		2	0	0	1	3	0
	3	0.00%	0.00%	25.00%	50.00%	25.00%		3	0	0	1	2	1
1970	0.25	50.00%	0.00%	50.00%	0.00%	0.00%	1970	0.25	1	0	1	0	0
	0.5	20.00%	60.00%	20.00%	0.00%	0.00%		0.5	1	3	1	0	0
	1	0.00%	50.00%	50.00%	0.00%	0.00%		1	0	2	2	0	0
	2	0.00%	0.00%	30.00%	70.00%	0.00%		2	0	0	3	7	0
	3	0.00%	0.00%	0.00%	50.00%	50.00%		3	0	0	0	1	1
1980	0.25	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	1980	0.25	1	0	0	0	0
	0.5	20.00%	40.00%	40.00%	0.00%	0.00%		0.5	1	2	2	0	0
	1	0.00%	37.50%	50.00%	12.50%	0.00%		1	0	3	4	1	0
	2	0.00%	0.00%	14.29%	85.71%	0.00%		2	0	0	1	6	0
	3	0.00%	0.00%	0.00%	50.00%	50.00%		3	0	0	0	1	1
1990	0.25	66.67%	33.33%	0.00%	0.00%	0.00%	1990	0.25	2	1	0	0	0
	0.5	0.00%	75.00%	25.00%	0.00%	0.00%		0.5	0	3	1	0	0
	1	0.00%	16.67%	83.33%	0.00%	0.00%		1	0	1	5	0	0
	2	0.00%	0.00%	12.50%	87.50%	0.00%		2	0	0	1	7	0
	3	0.00%	0.00%	0.00%	50.00%	50.00%		3	0	0	0	1	1
2000	0.25	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	2000	0.25	2	0	0	0	0
	0.5	0.00%	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%		0.5	0	5	0	0	0
	1	0.00%	0.00%	100.00%	0.00%	0.00%		1	0	0	7	0	0
	2	0.00%	0.00%	0.00%	100.00%	0.00%		2	0	0	0	7	0
	3	0.00%	0.00%	0.00%	50.00%	50.00%		3	0	0	0	1	1

Figura 1.9 - Matriz composta por várias matrizes com diferentes espaços temporais para o grupo América Latina & Caribe: 1960-2002; 1970-2002; 1980-2002; 1990-2002 e 2000-2002. À sua direita, mesma matriz expressa em número de países ao invés de exibir percentuais.

Como havíamos mencionado anteriormente nesta seção, os países pobres apresentam várias vantagens por estarem atrás de países desenvolvidos.

Países menos desenvolvidos podem usar, a um custo mínimo, a tecnologia que está disponível e fora produzida pelos países mais avançados; eles podem escolher a política que irão adotar já sabendo os resultados esperados (uma vez que os países desenvolvidos que estão à sua frente já experimentaram todos os tipos de política revelando as que funcionam e as que não tiveram sucesso); além disso, os países subdesenvolvidos por terem capital escasso condicionam uma alta taxa de lucratividade segundo a lei de retornos decrescentes - ao apresentarem estoques de capital baixos com relação ao trabalho os países menos desenvolvidos viabilizam um produto marginal do capital elevado.

Embora todas as razões acima façam sentido, a evidência histórica nos mostra o contrário: tudo nos indica que a hipótese de convergência não é verdadeira, ou seja, pobreza induz mais pobreza e o mesmo acontece com os países muito ricos que cada vez se tornam mais ricos.

Entretanto, nesta seção apenas podemos concluir que a posição inicial dos países importa; ou seja, que o histórico dos países interfere no patamar de renda per capita que eles apresentam no atual momento.

Quais outros fatores além do histórico dos países influenciam a renda per capita? O que faz realmente com que um país cresça e mude de patamar de crescimento com relação ao PIB per capita global?

Na próxima seção veremos com mais detalhe as principais fontes de mobilidade e, utilizando a relação de países que mudaram de categoria na figura 1.6 tentaremos avaliar empiricamente esses fatores.

II.FONTES DE MOBILIDADE

Nesta seção temos a intenção de estudar mais profundamente os aspectos que levaram os países mencionados na seção anterior a mudarem de patamar de crescimento com relação ao do PIB per capita global. Seleccionamos sete países dentre os que foram listados na Figura 1.6 para entrarmos em maiores detalhes quanto ao crescimento apresentado nos últimos 42 anos; buscaremos entender com maior aplicação o processo vivenciado por eles e os fatores que provocaram a mobilidade.

Nosso critério de escolha foi optar por países de PIB per capita mais alto dentre os que mudaram de patamar para uma situação melhor. Este critério foi imposto de forma involuntária uma vez que quanto menos desenvolvida for a região, os dados se tornam cada vez mais escassos e distorcidos.

São eles por ordem decrescente de PIB per capita PPP: Hong Kong⁵, Cingapura, Espanha, Portugal, Grécia, Coréia do Sul e Hungria. Para tornar nossa pesquisa mais interessante observaremos conjuntamente com essas regiões a posição do Brasil e da região América Latina & Caribe⁶ que também chamaremos de ALC.

Realizaremos uma investigação dos padrões desses 7 países que claramente compõem dois grupos regionais: o grupo do Leste Asiático formado por Cingapura (apesar de se situar mais ao sul da Ásia), Hong Kong e Coréia do Sul, e o grupo Europeu constituído por Espanha, Grécia, Hungria e Portugal. Na figura 2.1 podemos visualizar a trajetória do PIB per capita (constante 1995 US\$)⁷ desses sete países e conseguimos observar com maior clareza suas trajetórias de crescimento.

5 Desde julho de 1997, Hong Kong se tornou uma Região Administrativa Especial da China; devido a um acordo entre a China e o Reino Unido realizado em 1984, a China prometeu não impor seu sistema socialista sobre Hong Kong e Hong Kong adquiriu um alto grau de autonomia por isso é classificado com se fosse um país.

6 Região composta por: Antigua e Barbados, Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Republica Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Organização dos Estados do Leste do Caribe, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

7 Como não demonstrou diferenças significativas para o gráfico do PIB per capita PPP; selecionou-se a série do PIB per capita (constante US\$ 1995) para a realização da análise uma vez que este possui maior número de observações. O PIB per capita (constante US\$ 1995) é o PIB convertido para US\$ dólar de 1995, dividido pela população do meio do ano utilizando o "Atlas Method" do Banco Mundial.

As linhas tracejadas representadas pelo Brasil e pela ALC mostram claramente uma desvantagem com relação ao crescimento do PIB per capita dos outros sete países; é notório o distanciamento com o passar do tempo: A impressão que nos passa é que o Brasil e a ALC estão oscilando sobre uma linha horizontal enquanto os outros países oscilam sobre uma linha diagonal ascendente.

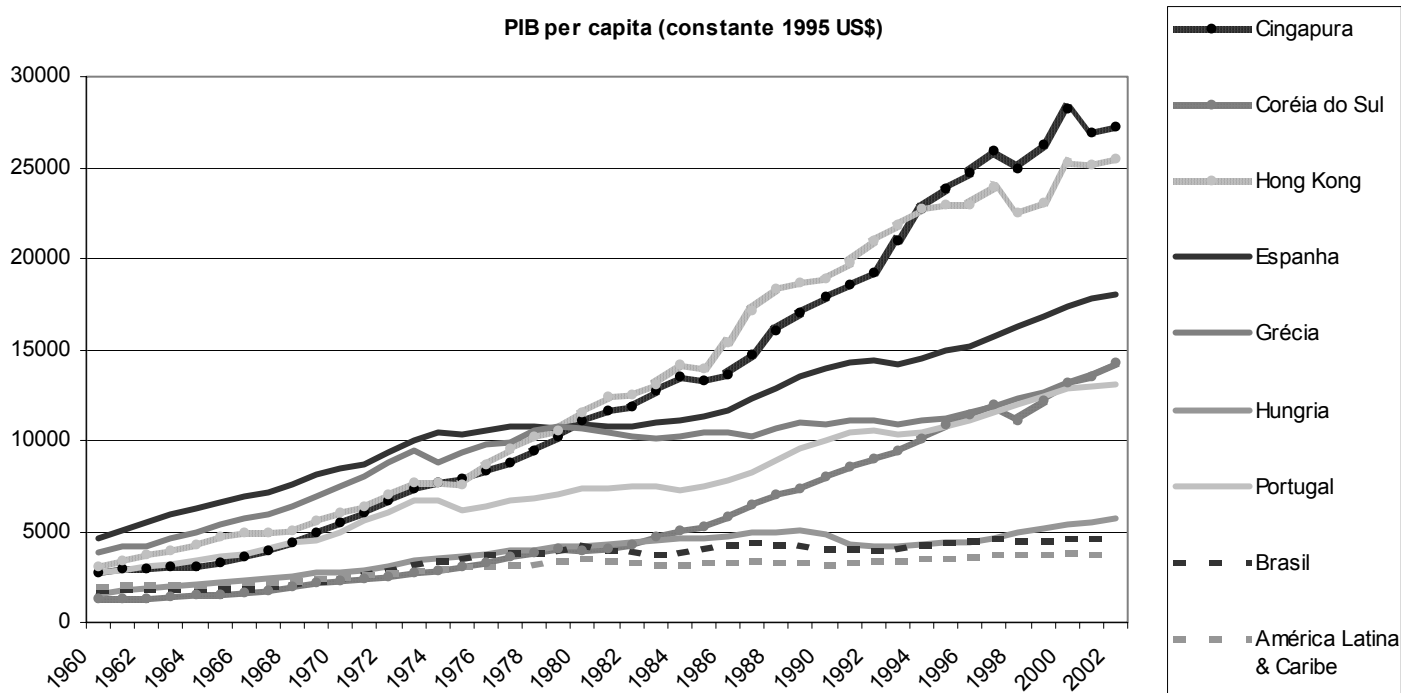


Figura 2.1 – PIB per capita (constante 1995 US\$)

O único país do grupo dos sete que tem uma evolução um pouco diferente, afastada dos outros países é a Hungria que se tornou comunista após a II Guerra Mundial e que apenas em 1968, sobre a liderança de Janos Kadar, começou a liberalizar sua economia. Por volta de 1990 a Hungria aparenta ter entrado em um processo de depressão, nesse mesmo ano ela se tornou uma economia de mercado e logo depois, por volta de 1995, retomou o seu crescimento.

O mais relevante na análise gráfica da trajetória do PIB per capita desses países é observarmos a forte arrancada dos países asiáticos em comparação com o grupo de países Europeus e com a América Latina & Caribe.

A Coreia do Sul foi o único país dos selecionados que conseguiu pular duas categorias em 42 anos: Em 1960 estava enquadrada na categoria 1 e em 2002 se apresentava na categoria 3. Isso pode ser verificado na figura 2.2 onde a Coreia do Sul, em 2002, mostra um PIB per capita cerca de onze vezes maior do que o que fora observado em 1960.

Se pegarmos o valor do PIB per capita de 2002 de cada país e dividi-lo pelo valor de 1960, se torna ainda mais visível essa escalada ríspida do grupo Leste Asiático. Podemos verificar esses números na Figura 2.2 onde temos que, no espaço de 42 anos, Cingapura, Coreia do Sul e Hong Kong em média conseguiram atingir um PIB per capita cerca de 9,7 vezes o valor inicial, ou seja, em 2002 o PIB per capita inicial desses países praticamente fora multiplicado por dez. O mesmo não é visto acontecer entre os países Europeus.

O crescimento dos países da Europa foi muito mais brando que o realizado pelos asiáticos: O PIB per capita da Espanha, Grécia, Hungria e Portugal em 2002 se tornou cerca de quatro vezes o valor do PIB per capita de 1960.

PIB per capita (constante 1995 US\$)

	1960	2002	Evolução em 42 anos	Média
Cingapura	2738.241	27254.19	9.953174	9.671383
Coreia do Sul	1324.882	14279.87	10.77822	
Hong Kong	3073.348	25455.79	8.282755	
Espanha	4571.484	18050.3	3.948455	4.068257
Grécia	3792.384	14162.01	3.734329	
Hungria	1513.605	5742.95	3.79422	
Portugal	2717.581	13033.58	4.796023	
Brasil	1741.888	4641.817	2.664819	2.261936
América Latina & Caribe	1980.345	3681.566	1.859053	

Figura 2.2 – Variação do PIB per capita (constante 1995 US\$) em 42 anos

A situação da ALC é de se esperar, visto que eles se enquadram no conjunto de países em desenvolvimento; essa região mostra-se muito inferior com relação aos níveis de crescimento apresentados pelos países que mudaram de patamar de crescimento com relação ao PIB per capita mundial; ela teve em 42 anos uma duplicação do PIB; cerca de

1/5 do que foi conquistado pelo Leste Asiático e pouco mais de 1/2 do verificado no grupo Europeu.

O que realizaremos a seguir será uma investigação dos fatores que foram definitivos para a mudança de patamar de crescimento econômico desta seleção de sete países. A função desta análise será buscar explicações para o crescimento além de verificar tendências comuns dentre os dois grupos regionais. Procuraremos pistas que possam justificar o sucesso deles e entender suas fontes de crescimento.

Vários fatores podem dar origem ao crescimento, entre eles abordaremos o comércio internacional (abertura econômica e composição da pauta de exportações), a influência do mercado de crédito, distribuição de renda e, educação e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A) Comércio Internacional

Uma questão que vem ganhando cada vez mais importância no mundo contemporâneo é o comércio internacional, isso porque, hoje observamos uma interligação global muito acentuada, nunca vista antes. Mas o motivo deste foco sobre o comércio tem outras razões, ele interessa principalmente os países menos desenvolvidos sobretudo devido à evidência de que os países que ingressaram no mercado de exportações pelo comércio internacional, intensificando suas ligações com a economia global, tenderam a crescer mais rapidamente durante um período sustentado (conseqüentemente vivenciando grandes reduções no quesito pobreza) do que os que optaram por não fazê-lo.

Infelizmente, muitos países de baixa renda foram impedidos de integrar o comércio mundial, por um lado devido a políticas públicas inadequadas e ineficientes, instituições e infraestrutura deterioradas e também devido a medidas protecionistas restringindo o acesso dos países de condições desprivilegiadas.

Dentre os países em desenvolvimento que conseguiram integrar o mercado de exportações, alguns enfrentaram dificuldades em alcançar ganhos potenciais oferecidos pelo comércio internacional. Mesmo com o empenho de seus governos, a imposição de

tarifas sobre os bens manufaturados e agrícolas que estes pretendiam vender tornava quase impossível a obtenção de retornos lucrativos.

Os países em desenvolvimento como o Brasil e ALC têm propensão à exportação de bens primários e esses produtos estão particularmente sujeitos a grandes flutuações de preço mundial criando instabilidade nos lucros com as exportações.

Nós temos indicações históricas de que os países mais pobres estão mais suscetíveis que os países ricos a enfrentar uma queda em seus termos de troca⁸ deste modo, atividades que apresentam vantagem comparativa hoje podem não ser adequadas para exportação no quesito lucratividade num momento seguinte. Assim surge uma preocupação com a composição da pauta de exportações.

Uma explicação tradicional para a estrutura do comércio internacional vem da teoria da vantagem comparativa (teoria de Heckster-Ohlin), que afirma que os países devem se especializar na exportação de commodities em que eles possuem vantagem no custo de produção. Essas vantagens de custo originam-se de diferenças na tecnologia, perfil de consumo doméstico ou investimentos que induzem à produção de certos produtos.

Como os países em desenvolvimento têm geralmente abundância de mão-de-obra desqualificada é previsível que estes, na maioria das vezes, exportem artigos que empregam numerosa mão-de-obra considerada de baixa qualidade. Nós veremos com maiores detalhes adiante a composição das exportações dos países selecionados em comparação com o Brasil e ALC que se encaixam perfeitamente na descrição acima.

É muito comum o pensamento de que não há de fazer mal a um país se este se especializar no que ele possui vantagem comparativa, ou seja, se especializar naquilo que ele apresenta maior facilidade em produzir com relação aos outros países, já que ao se especializar, o país poderá trocar o que exporta por artigos diferenciados que acabariam tendo um preço mais elevado se fossem produzidos domesticamente.

⁸ Termos de Troca de um país representa uma medida da proporção dos preços de suas exportações com relação à suas importações.

No entanto, apesar de ganhos com o comércio serem claros uma vez que há um aumento da disposição de bens e serviços na economia, o bem-estar social geral nem sempre ganhará com a especialização (pode afetar o mercado de trabalho gerando desemprego, reduzindo os salários da economia, etc). Daí que surgem as imposições de quotas e tarifas observadas no panorama mundial contemporâneo.

Saindo um pouco da teoria e examinando mais o lado prático, temos que a maioria dos países, pobres e ricos, estão significativamente envolvidos com o comércio internacional e que dos países analisados, os do Leste Asiático que apresentam maiores taxas de abertura econômica – no ano de 2002 Cingapura e Hong Kong apresentaram taxas⁹ astronômicas: respectivamente 277% e 252% como podemos ver na figura 2.3.

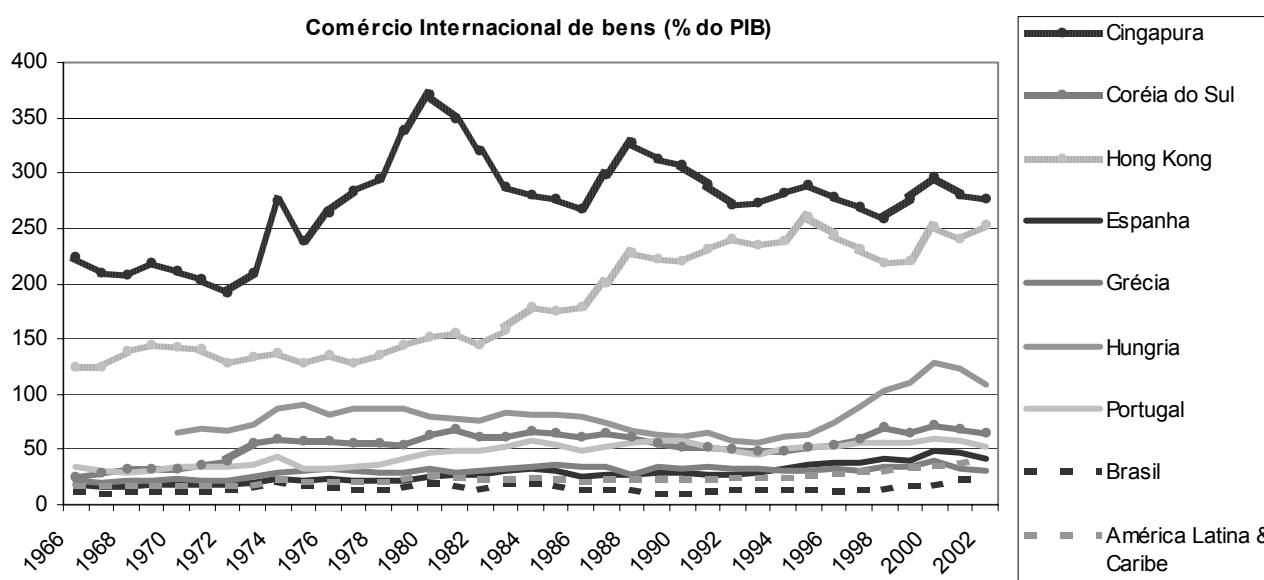


Figura 2.3 - Comércio Internacional de Bens

Nessa mesma figura podemos observar que todos os sete países que cresceram bastante têm grau de abertura superior à região da América Latina & Caribe e, ainda maior, se compararmos com o Brasil individualmente.

⁹ A taxa que fora usada é a soma das mercadorias exportadas e importadas em dólares US\$ corrente dividida pelo valor do PIB em US\$ dólares do país.

Identificação dos gráficos de Comércio Internacional

Comércio Internacional de bens (% do PIB)	É a soma das mercadorias exportadas e importadas em dólares US\$ corrente dividida pelo valor do PIB em US\$ dólares do país.
Exportação de matéria-prima agrícola (% das mercadorias exportadas)	Couros, peles e peles finas Borracha bruta (incluindo borracha sintética e reaproveitada) Cortiça e madeira Polpa e desperdícios de papel Fibras têxteis (exceto formas de lã penteada) e seus resíduos (não manufaturados em fio ou tecido) Produtos animais e vegetais brutos
Exportação de alimentos (% das mercadorias exportadas)	Animais vivos Carne e preparados de carne Produtos lácteos e ovos de aves Pescado (não inclui os mamíferos marinhos), crustáceos, moluscos e, invertebrados aquáticos e seus preparados Cereais e preparados de cereais Legumes e frutas Açúcares, preparados de açúcar e mel Café, chá, cacau, especiarias e seus preparados Ração para animais (exceto cereais que não são moídos) Produtos e preparados comestíveis diversos Bebidas Tabaco e seus produtos Óleos e gordura de origem animal Óleos e gorduras de origem vegetal, brutos, refinados ou fracionados Óleos e gorduras de origem animal ou vegetal, elaborados; Ceras de origem animal ou vegetal Misturas ou preparados não comestíveis de gorduras ou óleos de origem animal ou vegetal Sementes e frutas oleosas
Exportação de minérios e metais (% das mercadorias exportadas)	Fertilizante bruto, exceto le minerais brutos (exceto carvão, petróleo e pedras preciosas) Minérios e fragmentos de metais Metais não-ferrosos
Exportação de bens e serviços (% of PIB)	Compreende todas as transações entre os residentes de um país com o resto do mundo envolvendo a posse de mercadorias em geral, bens enviados para serem transformados ou consertados, ouro não-monetário e serviços.
Exportações de bens de alta tecnologia (% das mercadorias exportadas)	Produtos com alto grau de pesquisa e desenvolvimento agregados. Inclui bens de alta tecnologia como os utilizados no espaço aéreo, computadores, farmacêuticos, instrumentos científicos e eletrônicos (COMTRADE database).

Figura 2.4 – Tabela de Identificação dos gráficos

Podemos ver que por volta dos anos 60, a Coréia do Sul e os países europeus, Espanha Portugal, Grécia e Hungria tinham taxas de abertura econômica muito próximas às do Brasil e América Latina & Caribe. No entanto apenas no começo da série vemos essa semelhança, com o passar do tempo os países que foram selecionados (que mudaram para

um patamar de crescimento superior) sofreram forte abertura econômica se distanciando das estatísticas brasileiras e da ALC.

Podemos concluir que em média os países asiáticos, que apresentaram as taxas de crescimento do PIB per capita mais altas, são mais abertos que todos os outros países analisados e que, o grupo dos europeus por sua vez, tem abertura superior aos latinos.

Seguindo com nossa análise, agora examinaremos outra questão: a composição dos produtos exportados pelos países.

As diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ficam ainda mais evidentes quando comparamos a composição do comércio. Os que estão em desenvolvimento geralmente são exportadores de produtos primários; matérias-primas e alimentos compõem a maioria dos produtos exportados. Por outro lado, a maior parte das exportações dos países desenvolvidos está concentrada na categoria de bens manufaturados, variando de bens de capital até bens duráveis. Claro que existem várias exceções à regra, mas em geral esta observação é bastante precisa.

Os sete países selecionados apresentam uma mudança na pauta dos produtos exportados além da promoção de abertura comercial vista anteriormente. Para melhor entendermos os gráficos que serão apresentados em seguida, foi elaborada uma tabela, Figura 2.4, que identifica e define exatamente as séries mostradas graficamente e produtos que estão compreendidos em cada categoria de exportação. É aconselhável antes de examinar os gráficos, entender a que produtos eles estão se referindo.

Se olharmos para as figuras 2.5, 2.6 e 2.7 que são respectivamente exportação de matéria-prima agrícola, exportação de alimentos e exportação de minérios e metais podemos perceber uma queda nesses produtos que têm valor adicionado baixo.

Na figura 2.5, podemos observar que por volta dos anos 60, os países do leste asiático, Cingapura e Coréia do Sul especialmente, tinham forte participação de matérias-primas agrícolas em sua pauta de exportação. No entanto, conforme nos aproximamos dos dias atuais percebemos um declínio forte desses produtos na composição das exportações. Em

2002 podemos observar que não só a ALC e o Brasil, mas também a os países do grupo europeu apresentam um padrão mais alto que os países do leste asiático.

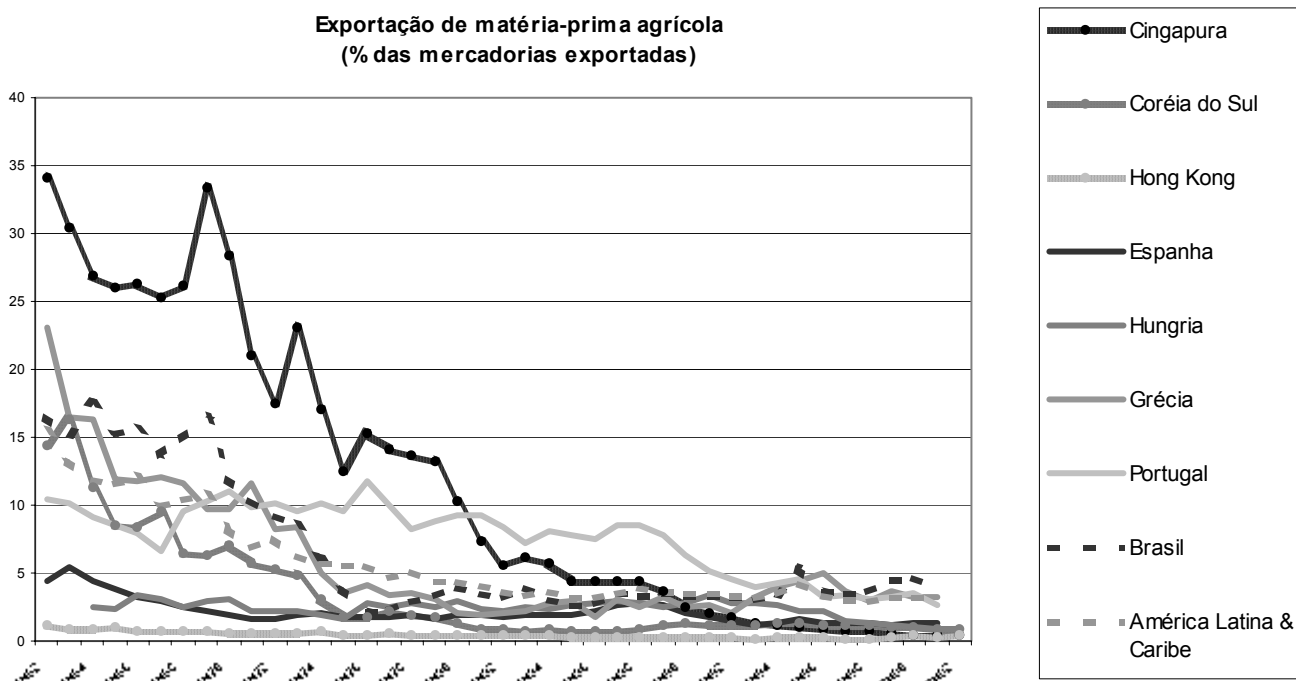


Figura 2.5 – Gráfico das exportações de matéria-prima agrícola

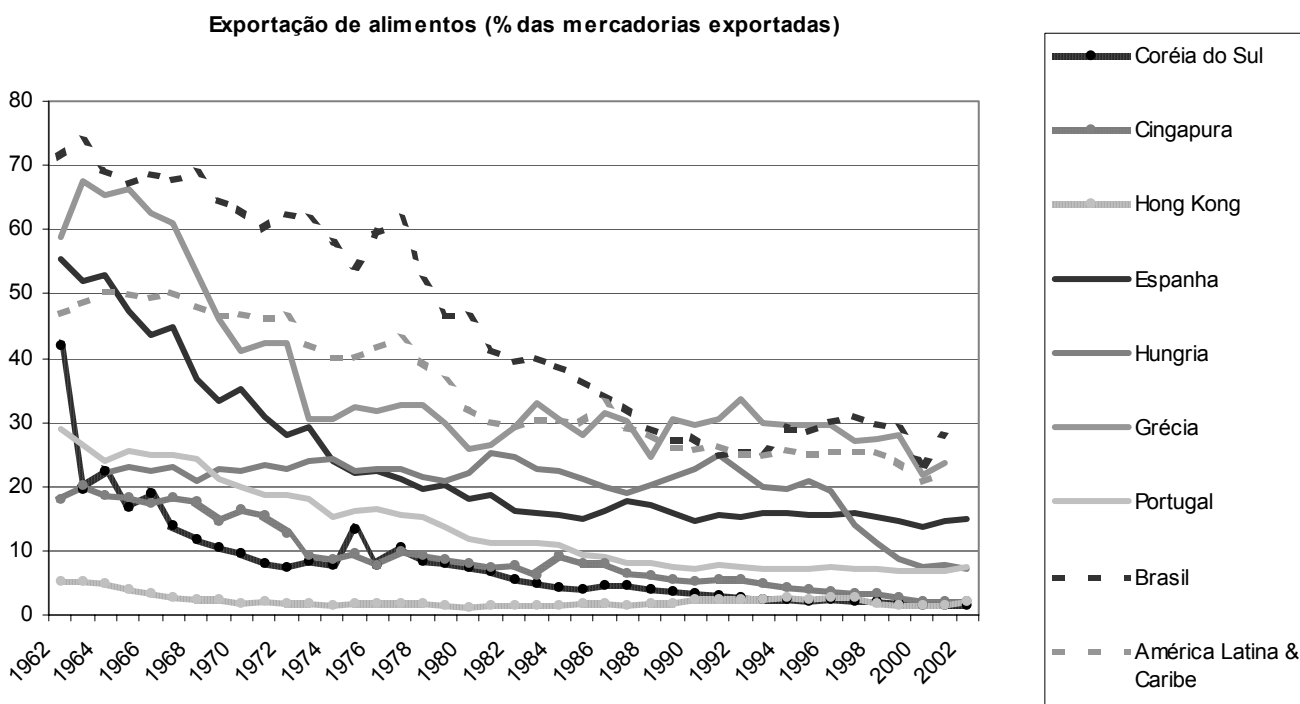


Figura 2.6 Gráfico das exportações de alimentos

Este mesmo padrão também pode ser reparado na figura 2.6 onde a exportação de alimentos diminuiu sua participação na pauta dos 7 países que tiveram forte crescimento, apresentando declínio ainda mais intenso no grupo asiático. O Brasil e a América Latina & Caribe apesar de terem reduzido também a composição de alimentos na pauta das exportações mais recentemente, estão na liderança desta estatística junto com a Grécia – que é uma exceção dentre o grupo dos 7 países.

Quanto ao gráfico de exportação de minérios e metais, figura 2.7, podemos observar no grupo dos sete que, novamente com a exceção da Grécia, todos os países estão reduzindo a importância de minérios e metais nas suas exportações.

É visível que a América Latina & Caribe e o Brasil continuam com esta “moda” de exportar produtos de baixo valor agregado. A região da ALC demonstrou uma breve redução na composição desses produtos em sua pauta, mas o Brasil nem isso apresentou... Por volta do ano 90 ele mostra praticamente mesmo patamar dos anos 60 – o que nos indica a intensificação das exportações de minérios e metais brasileiros com o passar dos anos.

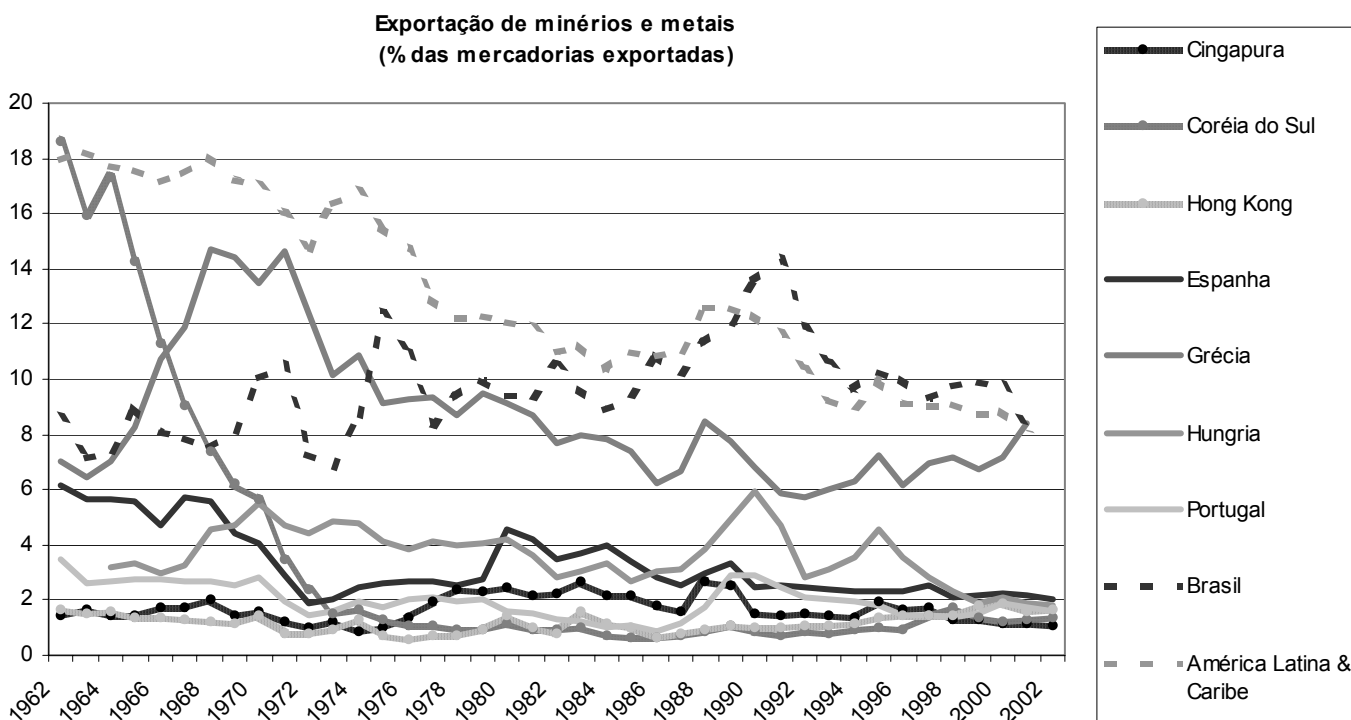


Figura 2.7 – Gráfico das exportações de minérios e metais

Agora vejamos a composição das exportações no que tange aos produtos de alto valor agregado. As figuras 2.8 e 2.9 que são respectivamente, exportações de bens e serviços (% PIB) e exportações de bens de alta tecnologia.

Primeiramente visualizemos a figura 2.8. Como descrito na figura 2.4, ela compreende todas as transações entre os residentes de um país com o resto do mundo envolvendo a posse de mercadorias em geral, bens enviados para serem transformados ou consertados, ouro não-monetário e serviços em geral.

Podemos reparar que Hong Kong apresenta um patamar bem distante dos outros países – sendo o líder em disparado. Observamos também um aumento da proporção de exportações de bens e serviços da Coreia do Sul entre os anos de 1997 e 2002. Além disso podemos notar que os países europeus se comportam de forma intermediária e estão relativamente estáveis neste quesito.

O Brasil e a ALC que por volta dos anos 60 estavam de certa forma acompanhando os países europeus, agora no ano de 2002 se apresentam mais distanciados, com uma proporção menor do PIB relacionado com exportação de bens e serviços.

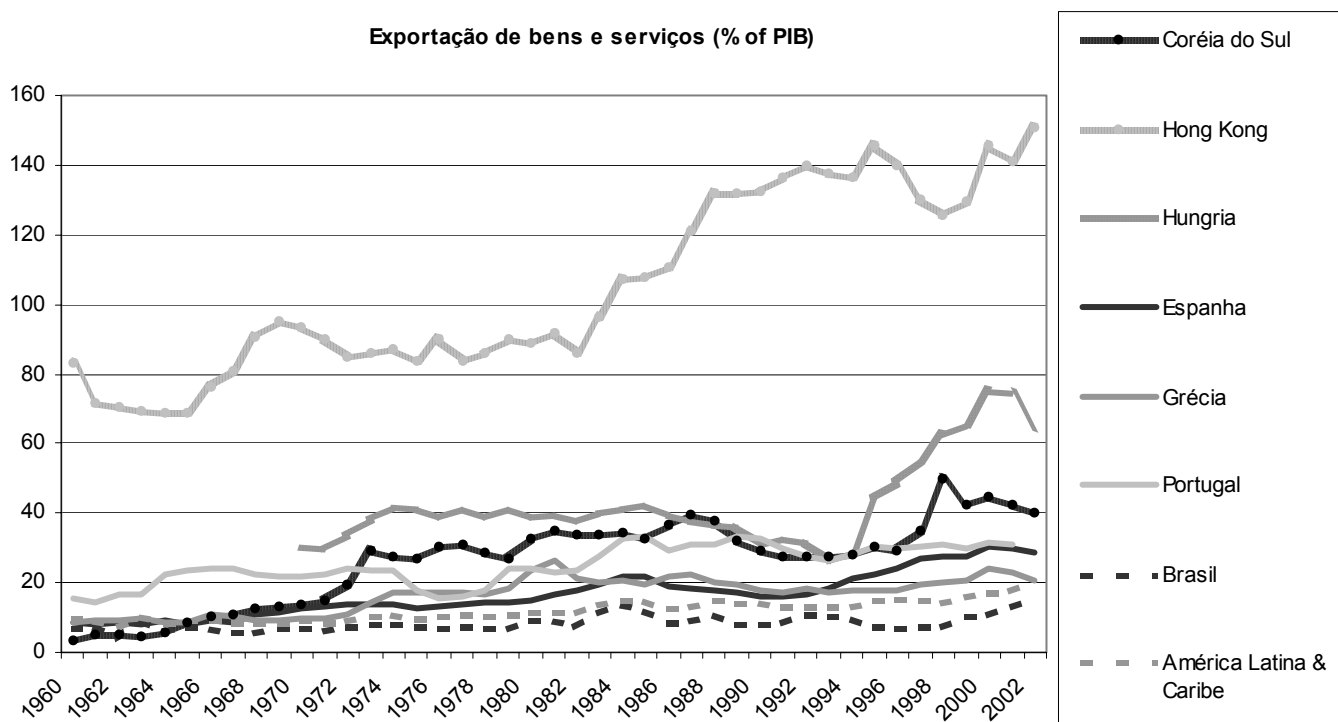


Figura 2.8 – Exportação de bens e serviços

Olhando a figura 2.9 que se refere à proporção das mercadorias exportadas relativa aos produtos com alto grau de pesquisa e desenvolvimento agregados (incluindo bens de alta tecnologia como os utilizados no espaço aéreo, computadores, farmacêuticos, instrumentos científicos e eletrônicos).

Neste gráfico podemos reparar a predominância dos países asiáticos: Temos em primeiro lugar Cingapura bem destoada dos outros países, em seguida temos a Coréia do Sul e, logo depois disputando com Hong Kong temos a Hungria.

Notamos que o Brasil e a América Latina & Caribe ultimamente começaram a exportar esses bens: a partir de 1996 observamos uma tendência de crescimento entre eles, se aproximando dos patamares de Hong Kong e da Hungria.

Quanto ao Grupo de países europeus, podemos verificar que eles se mantiveram basicamente constantes, com a exceção da Hungria que teve uma forte ascendência.

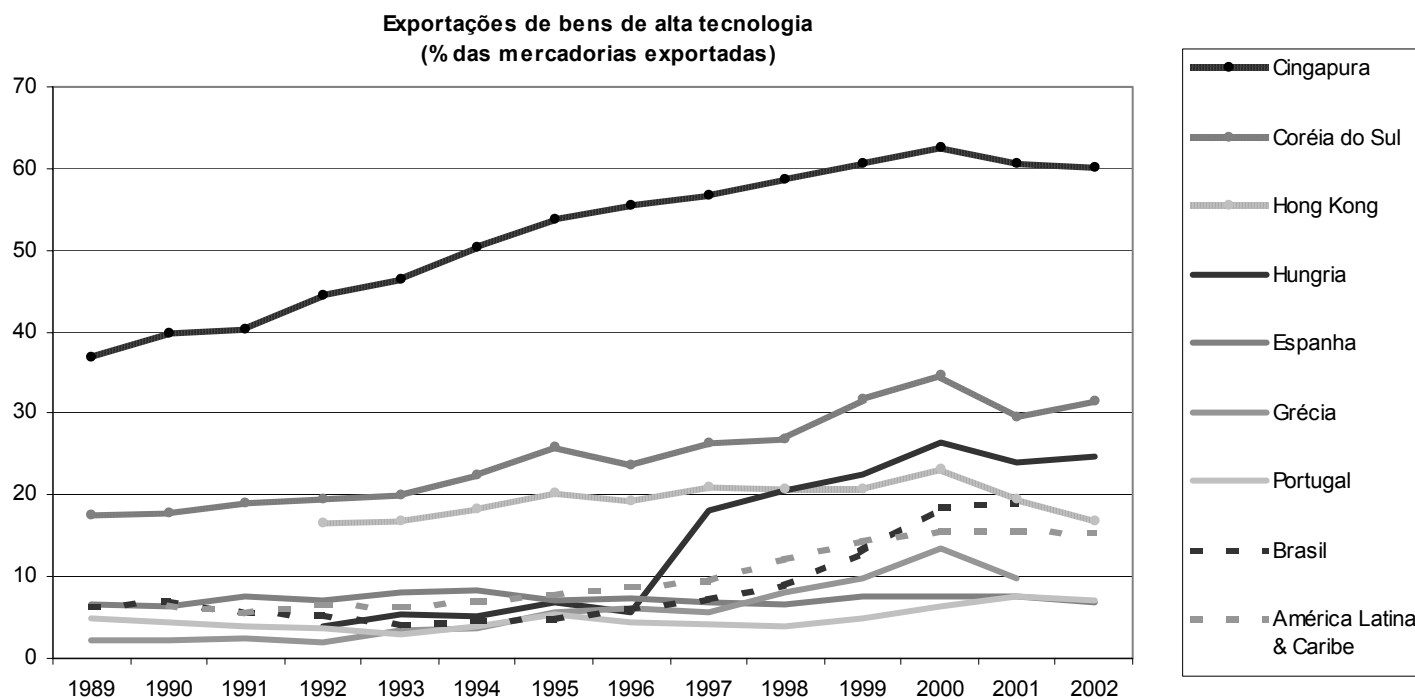


Figura 2.9 – Gráfico das exportações de bens de alta tecnologia

Depois de analisar todos esses gráficos podemos concluir que realmente o comércio internacional é uma importante fonte de crescimento. Todos os países que cresceram bastante nos últimos 40 anos apresentaram grau de abertura econômica maior que o Brasil e América Latina & Caribe, vimos que mesmo os países que nos anos 60 estavam num patamar similar, sofreram forte abertura nesse espaço de tempo.

Além da influência da abertura econômica sobre o crescimento podemos concluir que quanto à composição de suas exportações, os países que mais cresceram apresentaram uma tendência a concentrar sua pauta de exportação em produtos de alto valor adicionado.

B) Distribuição de renda

Estudos empíricos realizados por Kuznets e Oshima (1962) mostram que o progresso econômico, medido pela renda per capita, é inicialmente acompanhado por um aumento na desigualdade, porém, essas disparidades diminuem logo que os benefícios do desenvolvimento permeiem de forma mais abrangente a economia.

Esta é a essência da famosa teoria do U-invertido: a desigualdade sobe e em seguida declina quando nos movemos de posições de baixa renda per capita para situações de renda per capita mais elevada.

Por isso que países em desenvolvimento, em geral, tendem a possuir níveis mais altos de desigualdade que os países desenvolvidos como também, em países em desenvolvimento, a desigualdade na distribuição de renda aumenta nas primeiras fases de crescimento.

Para relacionarmos desigualdade e crescimento do PIB per capita devemos entender a relação existente entre a desigualdade e a poupança: a taxa de poupança¹⁰ afeta o nível de renda per capita no longo prazo e em muitos casos a taxa de crescimento da economia.

Para simplificar a explicação classifiquemos uma economia em apenas três grupos sociais: os mais pobres, a classe média e os muito ricos.

¹⁰ Proporção da renda que é poupada

Consideremos inicialmente um país em desenvolvimento. Temos claramente que o grupo dos mais pobres apesar de almejarem acumular riqueza e poupar para o futuro, suas necessidades correntes de subsistência como exemplo gasto com alimentação, habitação e vestimenta os impossibilitam de tal realização.

Já a classe dos mais ricos ambiciona um nível de consumo similar ao da classe alta dos países desenvolvidos no entanto, sua propensão a economizar é baixa dado seu forte e notório consumo.

A classe mediana caracteriza-se por aspirar uma vida melhor pensando não só no presente mas também na melhora econômica das gerações futuras de sua família.

O grupo social de renda média é o que geralmente apresenta maior taxa de poupança dentre todas as classes. No entanto, o comportamento quanto à poupança não é determinado apenas pela renda e pelas aspirações da população mas também pela desigualdade existente dentro da sociedade.

Isso se deve ao fato do nível de desigualdade vigente definir a aspiração da sociedade: quanto maior a distância entre o padrão de vida efetivo e o almejado (que é o padrão apresentado pelos grupos mais ricos encontrados na sociedade) maior será a porção poupada de renda. Isso nada mais é do que uma indicação de dependência histórica, ou seja, o nível de desigualdade inicial importa.

Países muito pobres quando implementam uma política de redistribuição de renda podem acabar por reduzir a taxa de crescimento no longo e médio prazo, pois com a redução da desigualdade, a fração da população que tinha situação melhor e que poupava se reduzirá, restando basicamente uma população pobre e homogênea onde ninguém poupa e conseqüentemente não investe.

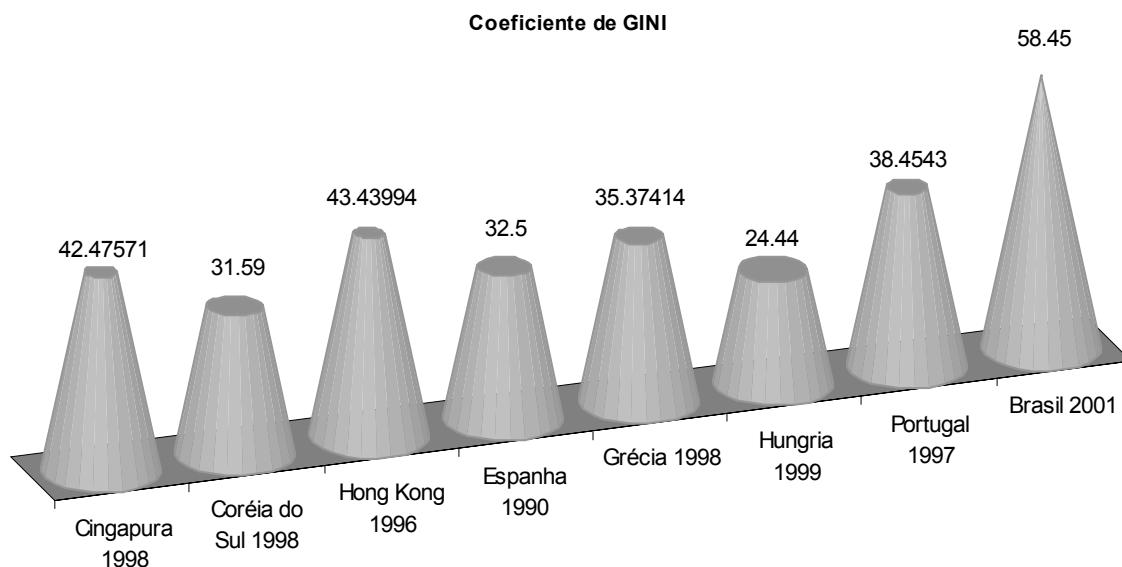
Já bem diferente é o resultado da implementação de uma política de redistribuição em nações de renda mediana: Provavelmente esta política acarretará uma elevação da poupança total do país pois a classe média seria ampliada e portanto aumentaria o número de pessoas de renda acima da subsistência com aspirações e desejos e, contudo seria plausível um maior crescimento econômico impulsionado pela poupança elevada.

Mas, afinal, qual a relação entre a desigualdade inicial e crescimento? Um estudo empírico iniciado por Alesina e Rodrik (1994) e confirmado por Deninger e Squire (1996) nos mostra que a desigualdade inicial de terras está negativamente relacionada com o crescimento subsequente.

O resultado obtido por Alesina constatou que um aumento de 0.16 no coeficiente de Gini de distribuição de terra geraria uma queda de 0.8 pontos percentuais no crescimento econômico subsequente por ano.

Deninger e Squire apenas confirmaram o estudo de Alesina e se estenderam para uma análise da distribuição de renda ao invés de terras, constatando que o efeito sobre o crescimento é o mesmo mas que a desigualdade inicial de terras é mais significativa com relação ao crescimento econômico do que a desigualdade inicial de renda.

No entanto, as fontes usadas por todos esses pesquisadores não são consideradas claras e confiáveis. É difícil de se dizer, com base na evidência empírica, que o efeito da desigualdade no crescimento é realizado via poupança e investimento, através da demanda por redistribuição pública ou por outro canal totalmente diferente.



	Cingapura 1998	Coréia do Sul 1998	Hong Kong 1996	Espanha 1990	Grécia 1998	Hungria 1999	Portugal 1997	Brasil 2001
■ Coeficiente de GINI	42.47571	31.59	43.43994	32.5	35.37414	24.44	38.4543	58.45

Figura 2.10 – Coeficiente de Gini e tabela com seus números

Ao analisarmos a distribuição de renda dos países que foram selecionados por terem crescido mais nos últimos 42 anos, temos de ter cuidado ao interpretar o que as estatísticas nos dirão uma vez que não dispomos de séries temporais, apenas dados estáticos, para observarmos a evolução dos índices que medem a desigualdade.

Uma das observações empíricas sobre distribuição de renda que veremos a seguir, na figura 2.10, é o coeficiente de Gini dos países selecionados. Este coeficiente é um número que mede a desigualdade – quanto maior for o coeficiente, maior a desigualdade de renda. Ele é considerado uma boa forma de medir desigualdade, pois se baseia na renda familiar por pessoa em sua metodologia, enquanto outras estatísticas se baseiam em gastos com consumo.

O coeficiente de Gini que dispomos não avalia todos os países num mesmo ano. Como podemos ver na figura 2.10, temos este coeficiente para a Espanha em 1990, Hong Kong em 1996, Portugal em 1997, Cingapura, Coreia do Sul e Grécia em 1998, Hungria em 1999 e por último o Brasil em 2001.

Se pensarmos no que foi o proposto por Kuznets, ao analisarmos sete países que têm PIB per capita muito elevado estes deveriam apresentar índices de Gini baixos. Podemos reparar que esses países apresentam um coeficiente de Gini em torno de 30 e 45 – com a exceção da Hungria que apresenta um índice de 24 e Hong Kong com um índice um pouco superior à média.

O Brasil que é um país em desenvolvimento apresenta um coeficiente mais elevado que todos os países que cresceram – se formos pensar na teoria do U-invertido o Brasil estaria no topo do U por ser um país que ainda está se desenvolvendo. O grupo dos sete países estaria na parte inferior do U do lado direito por já terem passado pelo processo de dispersão dos benefícios do desenvolvimento.

No entanto, não há nenhuma relação clara entre crescimento e baixa desigualdade presente na análise do coeficiente de Gini que nos permita induzir qualquer conclusão sobre os padrões de crescimento apresentados pelos países.

Outra estatística que dispomos é a distribuição da renda dos países por parcelas da população ou seja, temos dados da porção da renda de cada país sob domínio dos 20% mais ricos e a porção sob domínio dos 20% mais pobres.

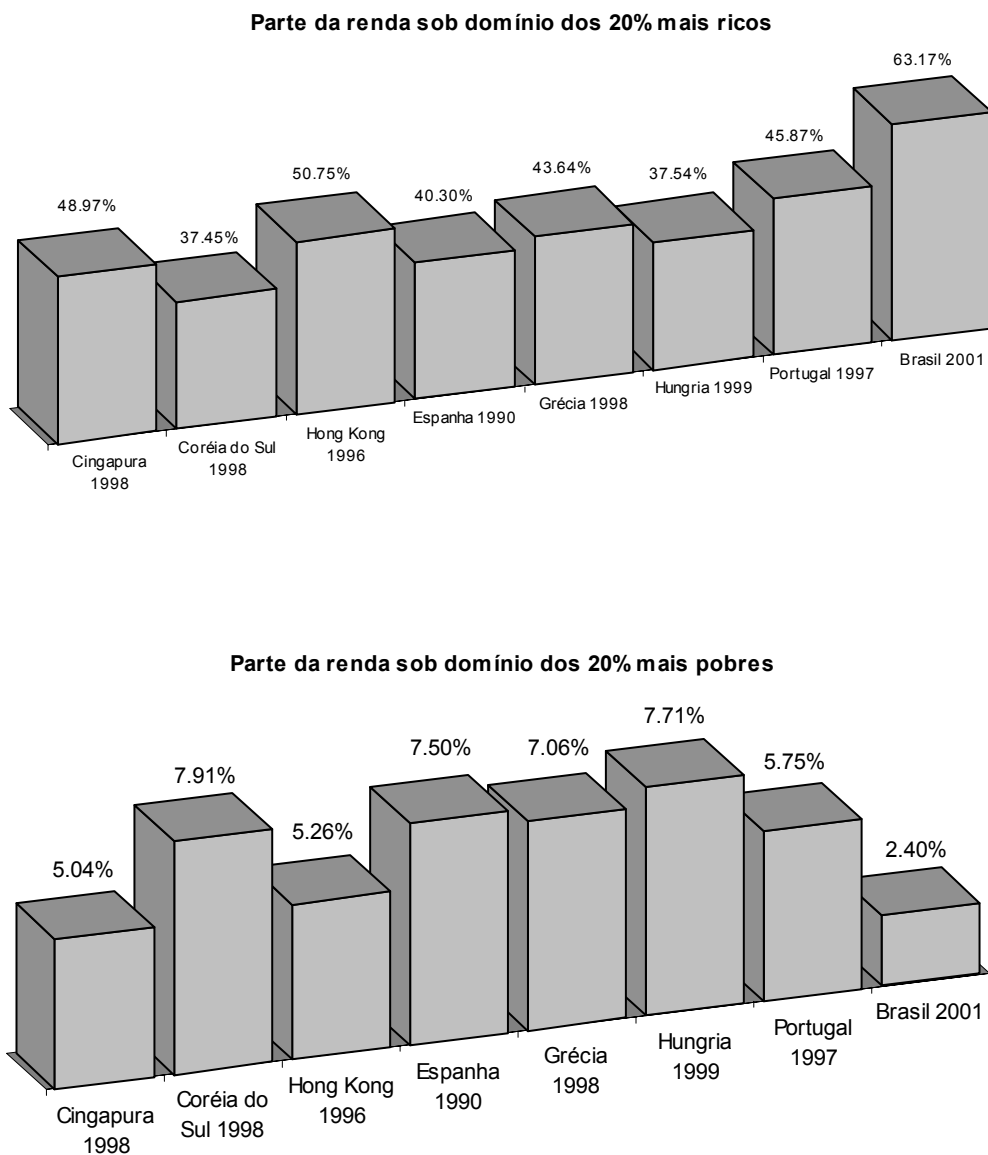


Figura 2.11 – Porção da renda sob domínio dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres

Na figura 2.11 podemos verificar que estas estatísticas apresentam o mesmo padrão de desigualdade que fora verificado na análise do coeficiente de Gini: Os sete países que tiveram crescimento acelerado e que têm PIB per capita elevado estão com níveis de desigualdade inferiores comparado com o Brasil que ainda está se desenvolvendo.

No entanto, assim como com o coeficiente de Gini, não há nenhuma relação clara entre crescimento e baixa desigualdade na observação da figura 2.11 que nos permita induzir qualquer conclusão sobre os padrões de crescimento apresentados pelos países.

Todavia, a distribuição de renda é fortemente correlacionada com o mercado de crédito, que é aspecto analisado a seguir.

C) Mercado de Crédito – O Problema de Disponibilidade de Garantia

Quando um indivíduo quer abrir um negócio e não dispõe do montante necessário para tal empreendimento, ele provavelmente desejará obter um empréstimo para realizá-lo.

No entanto, nem todas as pessoas terão acesso ao crédito pois elas serão avaliadas pela habilidade e possibilidade de pagamento, rentabilidade do projeto almejado, pela valorização do presente com relação ao futuro (pois quanto mais o indivíduo valorizar o presente maior a probabilidade dele não retornar o empréstimo já que ele não se preocupa com sua reputação ou com uma possível punição no futuro) e pela análise de empréstimos realizados anteriormente que possam mostrar a intenção ou capacidade de pagar o que ele for tomar emprestado.

Porém, não só isso é o suficiente para que se consiga acessar o mercado de crédito; o que define o acesso é o que se tem disponível para oferecer de garantia no caso de default ou seja, caso não seja honrado o empréstimo, será perdido o que foi posto em garantia. Segundo Debraj Ray (1998), na verdade a garantia é o fator que convencerá os banqueiros de que você pagará o empréstimo... e definirá se você será um empreendedor mesmo que você queira ou não ser um.

Infelizmente assim que as coisas funcionam, uma vez que o mercado de capitais não é perfeito (a imperfeição decorre sobretudo do fato de não existirem regras claras e bem definidas que possam punir severamente o adquirente no caso de calote), se fosse perfeito, a riqueza que a pessoa dispõe não afetaria a decisão da quantia que esta poderia obter emprestado, desde que o indivíduo tivesse viabilidade de retorná-la ao credor.

O mercado de crédito é fundamental para o crescimento econômico uma vez que através dele que se tornarão possíveis a abertura de novos negócios e investimentos que induzirão crescimento.

Quanto ao acesso ao crédito, este se torna um problema mais crítico em sociedades com forte desigualdade de renda, que é uma característica do Brasil e da América Latina & Caribe, ou economias muito pobres cuja população, em grande maioria, carece de riqueza acumulada que possa ser posta em garantia no empréstimo.

O mais sério que merece ser ressaltado é que empréstimos nesses tipos de economia geralmente são demandados não só para financiar um negócio mas também para gastos em habitação, educação própria e até mesmo em subsistência.

Contudo, a distribuição inicial de riqueza que determinará quem tem acesso ou não ao crédito; mais uma vez recaímos na situação abordada na seção anterior – de que o histórico do país é um fator relevante. A distribuição inicial de riqueza que definirá a população que ficará fora do setor de empreendedorismo ingressando no mercado de trabalho ou produzindo para a própria subsistência.

O problema ainda é mais sério que isso, a falta de crédito afeta todo o quadro econômico. Quanto mais pessoas tiverem seu acesso ao mercado de crédito restringido, menores serão os salários desta economia. Como poucos são capazes de obter crédito para se tornarem empresários, maior será a oferta de mão-de-obra pois os indivíduos sem garantias suficientes vão acabar incorporando o mercado de trabalho ou produzindo para a própria subsistência. Por outro lado, o menor número de negócios resultará numa menor demanda por trabalhadores: Com oferta inflada de trabalhadores e menor demanda por eles temos como consequência baixíssimos salários.

E assim segue... os empresários pagando baixos salários têm lucros elevados acumulando ainda mais riqueza e a desigualdade tende portanto a perpetuar e as disparidades de riqueza não se reduzirão com o passar do tempo.

Da mesma forma ocorre nas sociedades com igualdade de renda, esta igualdade tende a persistir. Há sempre uma dependência do passado e este se mantém, as situações se

perpetuam a não ser que haja algum tipo de interferência geralmente por parte do governo com políticas de redistribuição de renda como exemplo, uma reforma agrária.

Enfim, o que temos de saber é que o mercado de crédito é um condicionante do crescimento econômico: sem um mercado de crédito desenvolvido e forte, os investimentos se tornarão inviáveis comprometendo o desenvolvimento econômico.

Após termos entendido conceitualmente a importância do crédito para o desenvolvimento de uma economia, analisemos a seguir um pouco da evidência histórica com relação ao mercado de crédito do grupo dos sete países selecionados. Veremos duas estatísticas que nos possibilitarão entender melhor este fator e sua contribuição para o crescimento do PIB per capita.

Primeiramente comecemos analisando a figura 2.12 onde visualizamos o gráfico do Crédito Doméstico para o setor privado (% do PIB) que abrange o crédito para o setor público não-financeiro, crédito para o setor privado e outras contas. Observando a figura 2.12 encontramos entre os anos de 1960 a 1975 uma tendência de crescimento do crédito como percentual do PIB para todos os países. Logo depois, notamos entre meados dos anos

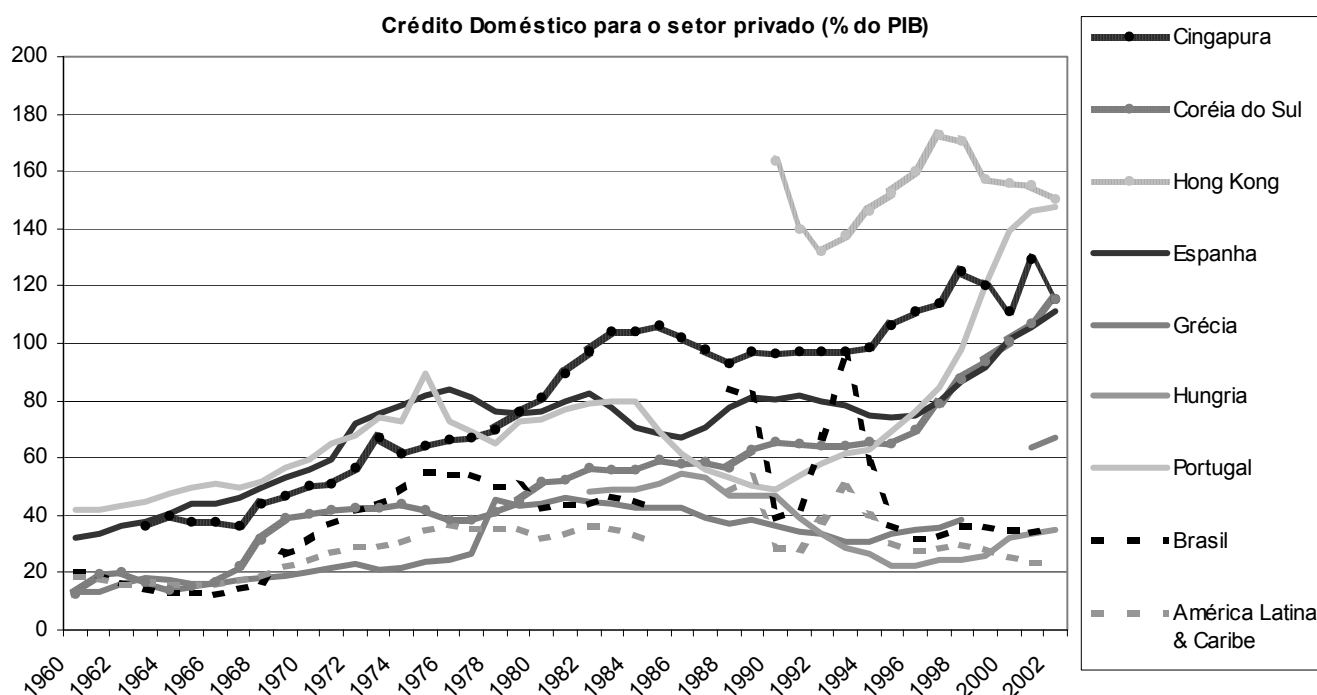


Figura 2.12 – Gráfico do Crédito Doméstico para o setor privado

70 e 90 uma certa estabilidade e constância que em 1996 começa novamente a mudar, retomando o crescimento.

Podemos identificar um padrão de crescimento mais forte dentre os países asiáticos. Hong Kong lidera o ranking mais recentemente, também podemos verificar por volta de 1995, uma ascensão forte de Portugal e também da Espanha, destoando do resto dos países europeus.

O Brasil e a América Latina & Caribe oscilam juntos, em 1993 atingem o ápice e logo depois têm uma queda acentuada desta estatística.

Podemos concluir que dos países que tiveram rápido crescimento, os três asiáticos junto com Portugal e Espanha apresentaram aumentos significativos da parcela do PIB relativa ao crédito para o setor privado, nos mostrando que o crédito deve de fato contribuir para o crescimento econômico. Infelizmente a série apresentada contém omissões de dados que nos impede de prosseguir com uma análise mais profunda.

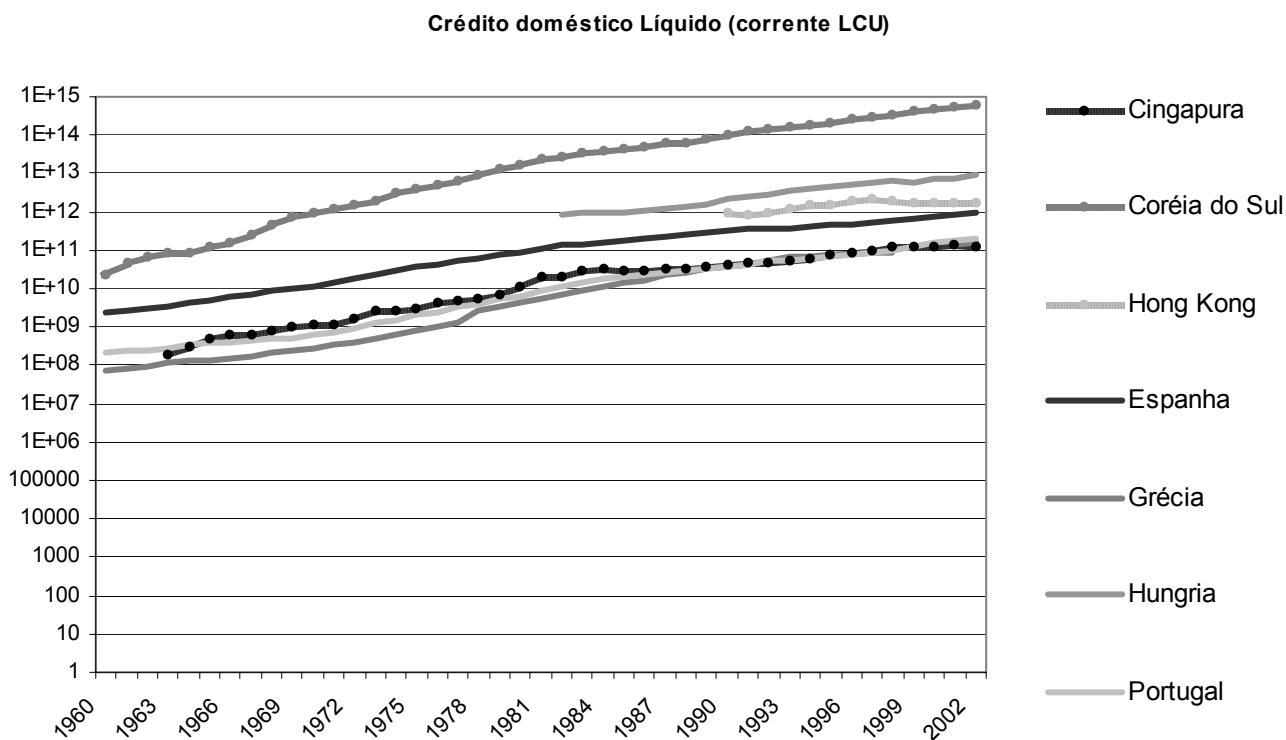


Figura 2.13 – Crédito Doméstico Líquido (corrente LCU)

Na figura 2.13 temos ilustrado o gráfico em escala logarítmica do crédito doméstico líquido que é o somatório do crédito líquido para o setor público não-financeiro, para o setor privado e outras contas.

Todos os países, sem exceções, apresentam uma tendência de crescimento desta estatística como é de se esperar. Vemos que o crédito desses países evoluiu junto com o crescimento da renda per capita.

Através desses dois últimos gráficos podemos concluir que, o crédito de alguma forma contribuiu com que esses sete países atingissem o crescimento observado.

D) Educação e Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

O investimento por parte do governo em educação tem um papel fundamental no crescimento dos países: forma trabalhadores especializados e qualificados que podem operar máquinas sofisticadas, criar e inovar em diversos ramos da economia gerando benefícios enormes a este país como um todo entretanto, o incentivo à melhora do capital humano acarreta efeitos positivos na taxa de crescimento econômico.

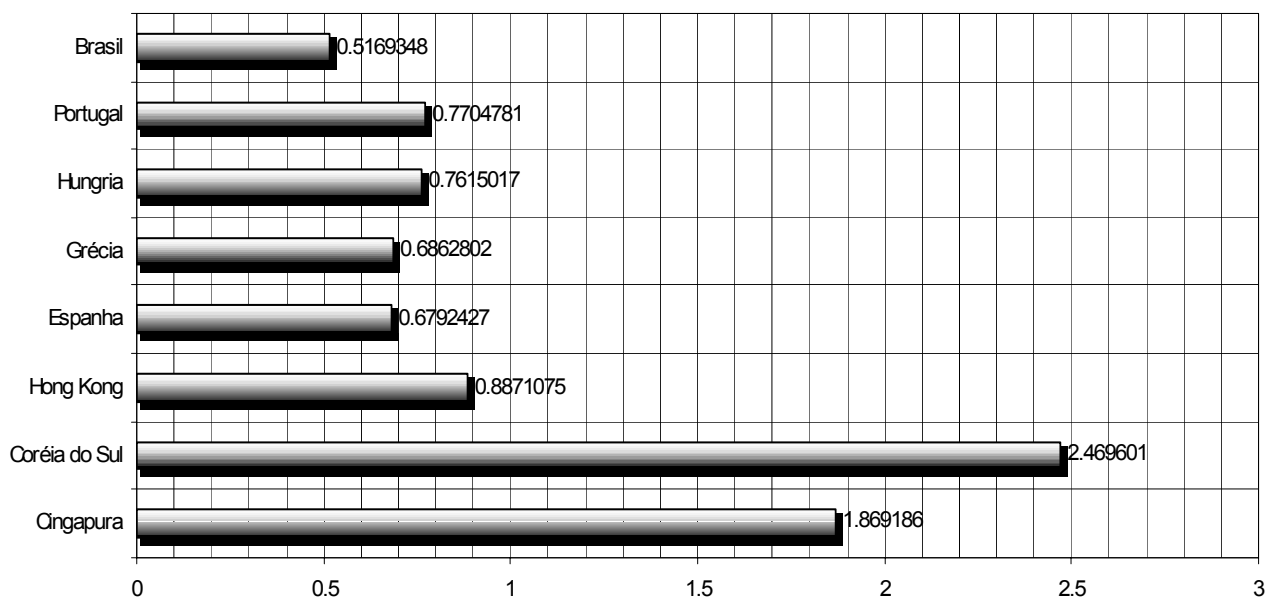
O investimento governamental se torna ainda mais fundamental devido à dificuldade de financiamento dos estudos da população mais carente. Empréstimos com fins de educação são muito mais difíceis de serem obtidos individualmente do que qualquer outro tipo de empréstimo: Mais uma vez caímos no problema de garantia – O conhecimento obtido com os estudos não pode ser confiscado e transferido para o credor no caso de default, diferentemente de um empréstimo obtido para o financiamento de uma casa própria ou de uma empresa.

A educação não pode ser dada como garantia, deste modo, países com forte desigualdade ou muito pobres têm dificuldades quanto à melhoria educacional de sua população.

Em sociedades de baixo nível de renda ou com muita desigualdade, a disparidade no ensino tende a agir reforçando ainda mais as diferenças iniciais acabando por se necessitar de uma intervenção governamental para reverter o quadro.

Uma provável característica dos países desenvolvidos é de apresentar uma grande

Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento 1999 (% do PIB)



	Cingapura	Coréia do Sul	Hong Kong	Espanha	Grécia	Hungria	Portugal	Brasil
Gastos em P&D (% do PIB)	1.869186	2.469601	0.8871075	0.6792427	0.6862802	0.7615017	0.7704781	0.5169348

Figura 2.14 – Investimento em P&D

quantidade de mão-de-obra qualificada, bem superior à fração da população que é desqualificada.

Contudo, os retornos obtidos com o investimento em educação e P&D podem dar origem às diferenças entre patamares de crescimento dos países e podem ser cruciais no processo de aceleração do desenvolvimento econômico.

Se observarmos na figura 2.14 as estatísticas de investimento em pesquisa e desenvolvimento dos países analisados, verificamos um padrão muito superior desses gastos nos países do leste asiático destoando bastante dos gastos de todos os outros países.

Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong apresentam percentuais altíssimos enquanto os países da Europa mostram percentuais parecidos entre 0.6 e 0.7. O Brasil apresenta o menor nível de gasto % do PIB em P&D : 0.51.

Infelizmente não foi possível realizar uma análise da parcela do PIB gasta em educação, mais uma vez caímos no problema de falta de dados; a série que dispomos está incompleta e não nos possibilita uma comparação construtiva.

É importante notar que a economia que mais cresceu nos 42 anos analisados, a Coréia do Sul, apresentou um percentual astronômico de investimento em P&D entretanto, podemos inferir que de fato os gastos em pesquisa e desenvolvimento devem ter contribuído e muito para elevar o crescimento deste país.

Apesar de não dispormos de dados para gastos em educação, verificamos com a figura 2.14 a importância de investimentos em capital humano para se atingir altos níveis de crescimento. Os países que tiveram forte arrancada nos últimos 40 anos com relação ao PIB per capita, os do leste asiático, mais uma vez lideram uma estatística que se correlaciona diretamente com o crescimento do PIB per capita.

CONCLUSÃO

A abordagem empírica proporcionou diversas conclusões interessantes sobre a mobilidade dos países com relação ao PIB per capita global e seus indicadores econômicos.

Embora existam várias razões, segundo a teoria neoclássica, para que as diferenças entre os países fiquem menores com o passar do tempo, a evidência histórica nos mostra o contrário: Analisando o PIB per capita dos países, com as matrizes de mobilidade, percebemos que a pobreza induz mais pobreza e o mesmo acontece com os países muito ricos que cada vez se tornam mais ricos.

Foram encontrados percentuais altíssimos nas extremidades das diagonais principais das matrizes, vide figura 1.5, nos mostrando que a mobilidade é muito menos comum em países de situações extremas – os com PIB per capita muito alto e os com PIB per capita muito baixo.

Tudo nos indica que a hipótese de convergência não é verdadeira, ou seja, a posição inicial dos países importa e o histórico deles interfere no patamar de renda per capita que é apresentado no atual momento.

Quanto à análise da estrutura das economias selecionadas por terem mudado de patamar de crescimento, verificamos que elas, em geral, apresentam estatísticas bem parecidas.

A maioria delas sofreu um processo de abertura econômica, especialmente os países do leste asiático, tornado-se muito mais dependentes do comércio internacional como se pôde observar na figura 2.3. Além disso, essas economias apresentaram, claramente, alterações em suas pautas de exportação. Podemos enxergar esse resultado nos gráficos de comércio internacional, nas figuras 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9.

Esses países vêm reduzindo cada vez mais a proporção de bens de baixo valor adicionado, como matérias-primas agrícolas, alimentos, minérios e metais das suas exportações e, intensificando as exportações de bens com alto valor agregado: Exportação

de bens de alta tecnologia e exportação de bens e serviços (que compreende as transações entre os residentes de um país com o resto do mundo envolvendo a posse de mercadorias em geral, bens enviados para serem transformados ou consertados, ouro não-monetário e serviços).

Podemos concluir também que todas as economias estudadas: Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong, Espanha, Grécia, Hungria e Portugal, sem exceções, tiveram um crescimento do mercado de crédito que acompanhou o crescimento do Produto Interno Bruto per capita dessas economias. Ambas as estatísticas cresceram relativamente juntas, nos mostrando que o mercado de crédito é um poderoso condicionante do crescimento econômico.

Quanto aos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento temos percentuais astronômicos para os países do leste asiático. A Coréia do Sul, que dentre todas as economias analisadas foi a que mais cresceu no espaço de 42 anos, e que liderou nesta estatística, nos possibilita ver o quanto importa e é fundamental este investimento para impulsionar o crescimento (este resultado pode ser observado na figura 2.14).

O Brasil, nesta análise, nos mostrou que, não conseguiu nem de longe atingir a abertura econômica dos países leste asiáticos. Neste quesito ainda está inferior à América Latina & Caribe.

Além disso, o Brasil demonstrou esforço algum quanto a modificar sua pauta de exportações. Ele no ano de 2002 foi, dentre todas as economias analisadas, inclusive a América Latina & Caribe, o que apresentou em todas as estatísticas de exportação de bens de baixo valor agregado (figuras 2.5, 2.6 e 2.7) maiores percentuais, apesar de ter, a partir de 1996 aumentado suas exportações de bens de alta tecnologia (figura 2.9).

Ou seja, ele permanece exportando fortemente matérias-primas agrícolas, alimentos, minérios e metais e, no entanto, deveria estar se esforçando para aumentar a proporção de bens de alto valor agregado em sua pauta de exportação.

Além de não seguir os padrões apresentados pelas economias que cresceram fortemente quanto ao comércio internacional, o Brasil também não apresentou a mesma tendência dessas economias com relação ao mercado de crédito.

Na figura 2.12, apesar da série de crédito doméstico para o setor privado (%PIB) conter omissões de dados, verificamos que o Brasil teve um decréscimo em seu mercado de crédito a partir de 1993, mais uma vez nosso país no ano de 2002 se apresenta em situação inferior que os países que selecionamos para análise por terem crescido mais fortemente.

Quanto ao investimento em pesquisa e desenvolvimento, o Brasil foi o país que apresentou menor percentual do PIB destinado a este fator como vimos na figura 2.14, nos mostrando mais uma vez a desvantagem do nosso país com relação aos outros abordados.

Podemos entretanto concluir que a economia brasileira está na contra mão com relação às economias que ascenderam economicamente nos últimos 42 anos e que portanto deveria se esforçar mais para tentar mudar sua estrutura e então conseguir obter melhores taxas de crescimento.

REFERÊNCIAS

Ray, Debraj. “Development Economics”, Princeton University Press, 1998.

Quah, Danny, “Empirical cross-section dynamics in economic growth”. London School of Economics, European Economic. Review 37, 1993.

Murphy, Kevin M., Shleifer, Andrei e Vishny, Robert W. “Industrialization and the Big Push”, The Journal of Political Economy, Volume 97, 1989.

Jones, Charles I, “Introdução à Teoria do Crescimento Econômico”, 2ª edição. Editora Campus, 2000.

Krugman, Paul. R. e Obsfeld, Maurice. “Economia Internacional – Teoria e Política”, 5ª edição. Editora Makron Books, 2000.

Blanchard, Oliver J. “Macroeconomia – Teoria e Política Econômica”, 2ª edição. Editora Campus, 2001.

Dornbush, Rudiger e Fisher, Stanley. “Macroeconomia”, 5ª edição. Editora Makron Books, 1941.

Banco de Dados e Estatísticas:

The World Bank Organization Data: <http://www.worldbank.org/data/>

The Penn World Table: <http://pwt.econ.upenn.edu/>

CIA – The World Fact Book: <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/index.html>